



DIÁRIO DA ASSEMBLEIA

PODER LEGISLATIVO

Nº 001

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 03 DE FEVEREIRO DE 2009

ANO XXXIV

Mesa Executiva

NELSON JUSTUS
Presidente - Democratas

ANTONIO ANIBELLI
1º Vice-Presidente - PMDB

AUGUSTINHO ZUCCHI
2º Vice-Presidente - PDT

FELIPE LUCAS
3º Vice-Presidente - PPS

ALEXANDRE CURI
1º Secretário - PMDB

VALDIR ROSSONI
2º Secretário - PSDB

ELTON WELTER
3º Secretário - PT

CIDA BORGHETTI
4ª Secretária - PP

PASTOR EDSON PRACZYK
5º Secretário - PRB

ABIB MIGUEL
Diretor Geral

Lideranças

Líder do Governo Luiz Claudio Romanelli
Líder da Oposição Elio Rusch
PMDB Waldyr Pugliesi
PSDB Ademar Traiano
Partido Democratas Plauto Miró
PT Péricles de Mello
PP Duílio Genari
PDT Luiz Carlos Martins
Bloco PPS/PMN Douglas Fabrício
Bloco PSB/PRB/PV Pastor Edson Praczyk
Bloco PTB/PR Jocelito Canto

Representação Partidária

PMDB - 16: Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Beti Pavin - Caíto Quintana - Cleiton Kielse - Dobrandino da Silva - Edson Strapasson - Jonas Guimarães - Luiz Claudio Romanelli - Luiz Eduardo Cheida - Mauro Moraes - Nereu Moura - Stephanes Júnior - Teruo Kato - Waldyr Pugliesi; **PSDB** - 07: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Luiz Accorsi - Luiz Fernandes Litro - Luiz Nishimori - Miltinho Pupio - Valdir Rossoni; **PT** - 06: Elton Welter - Luciana Rafagnin - Pedro Ivo - Péricles de Mello Professor Lemos - Tadeu Veneri; **Partido Democratas** - 05: Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Osmar Bertoldi - Plauto Miró; **PP** - 04: Antonio Belinati - Cida Borghetti - Duílio Genari - Ney Leprevost; **PDT** - 04: Augustinho Zucchi - Fernando Scanavaca - Geraldo Cartário - Luiz Carlos Martins; **PPS** - 03: Douglas Fabrício - Felipe Lucas - Marcelo Rangel; **PTB** - 02: Fábio Camargo - Jocelito Canto; **PSB** - 02: Reni Pereira - Ribas Carli Filho; **PR** - 02: Carlos Simões - Chico Noroeste; **PRB** - 01: Pastor Edson Praczyk; **PMN** - 01: Dr. Batista; **PV** - 01: Rosane Ferreira.

SUMÁRIO

DIÁRIO Nº 001

1ª SESSÃO ORDINÁRIA

SUMÁRIO

Mesa Executiva 02

Presenças 02

Abertura da Sessão 03

Expediente:

Mensagens 03

Ofícios..... 03

Indicações 07

Requerimentos 08

Projetos de Lei 11

Pequeno Expediente:

Dep. Antonio Belinati 15

Dep. Péricles de Mello..... 16

Dep. Stephanes Júnior 17

Dep. Fernando Scanavaca 17

Dep. Elio Rusch 18

Dep. Douglas Fabrício 22

Dep. Luiz Eduardo Cheida 23

Grande Expediente:

Dep. Professor Lemos..... 24

Horário das Lideranças:

Liderança do DEM

Dep. Elio Rusch 19

Liderança do PMDB

Dep. Waldyr Pugliesi27

Liderança do PDT

Dep. Geraldo Cartário.....28

Liderança do Bloco PSB/PRB/PV

Dep. Rosane Ferreira29

Liderança do Governo

Dep. Luiz Claudio Romanelli31

Ordem do Dia:

Leitura do Expediente32

Discussão/Votação

1ª Discussão32

Requerimentos36

Encerramento da Sessão36

Publicações:

Presidência

Atas de Posse36

Comissão Executiva

Atos.....37

Diretoria Geral

Portarias37

Portarias DAT42

Publicações Administrativas:

Minutas de Contratos.....43

Aditivos de Contratos44

DIÁRIO Nº 001

1ª SESSÃO ORDINÁRIA

**3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
16ª LEGISLATURA
ATA DA 1ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM
03 DE FEVEREIRO DE 2009**

(terça-feira)

Mesa Executiva:

Presidência do Sr. Deputado Nelson Justus, secretariado pelos Srs. Deputados Douglas Fabrício e Luiz Nishimori.

Presenças:

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Nelson Justus, Antonio Anibelli, Augustinho Zucchi, Felipe Lucas, Alexandre Curi, Valdir Rossoni, Elton Welter, Cida Borghetti, Pastor Edson Praczyk, Ademar Traiano, Antonio Belinati, Artagão Júnior, Caíto Quintana, Chico Noroeste, Dobrandino da

Silva, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Duílio Genari, Edson Strapasson, Elio Rusch, Fábio Camargo, Fernando Scana-
vaca, Francisco Bühler, Geraldo Cartário, Jocelito Canto,
Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Luiz Claudio Romanelli,
Luiz Eduardo Cheida, Luiz Fernandes Litro, Luiz Nishi-
mori, Mauro Moraes, Miltinho Pupio, Nereu Moura,
Osmar Bertoldi, Pedro Ivo, Péricles de Mello, Plauto
Miró, Professor Lemos, Ribas Carli Filho, Rosane
Ferreira, Stephanes Júnior, Tadeu Veneri, Teruo Kato, e
Waldyr Pugliesi (45).

Ausentes os Srs. Deputados: Carlos Simões, Clei-
ton Kielse, Durval Amaral, Jonas Guimarães, Luiz Car-
los Martins, Marcelo Rangel, Ney Leprevos e Reni
Pereira (08).

Ausente com justificativa a Sra. Deputada Beti
Pavin (01).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Pre-
sidente declara aberta a Sessão.

Abertura da Sessão:

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos traba-
lhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual
foi aprovada conforme parágrafo 1º do artigo 88, do
Regimento Interno.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

Expediente:

Mensagem

MENSAGEM Nº 001/09

Curitiba, 21/01/09.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de encaminhar a V. Exa., para ser
apreciado por essa Assembleia Legislativa, o incluso
anteprojeto de lei objetivando autorizar o Poder Execu-
tivo a efetuar a doação, ao Município de Cruzeiro do
Oeste, dos Lotes nºs 12, 13 e 14, da Quadra 34, respecti-
vamente com áreas de 315m2, 210m2 e 105m2, Matrícu-
las nºs 5.725, 5.726 e 5.727, do 2º Ofício de Registro de
Imóveis da Comarca de Cruzeiro do Oeste.

A medida ora proposta consulta aos interesses da
Administração e da Coletividade eis que, nas referidas
áreas, a municipalidade pretende, através do Programa
Pró-Gerar, regulamentado pela Lei Municipal nº 021/07,
incentivar as Incubadoras Industriais, as Cooperativas,
Associações e Pequenas Empresas a ampliar suas ações,
proporcionando, conseqüentemente, geração de emprego
e renda.

Cabe, ainda, frisar que no texto referido antepro-
jeto de lei consta dispositivo expresso no sentido de que
tais imóveis ficarão gravados com cláusula de impenho-
rabilidade e de inalienabilidade e que, caso se comprove
descumprimento da finalidade prevista, retornarão ao
patrimônio do Estado.

Certo de que a medida merecerá dessa Assembleia
Legislativa o necessário apoio e conseqüente aprovação,
reitero a V. Exa. meus protestos de apreço e consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO

Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a efetuar
a doação, ao Município de Cruzeiro do Oeste, dos Lotes
nºs 12, 13 e 14, da Quadra 34, respectivamente com áreas
de 315m2, 210m2 e 105m2, Matrículas nºs 5.725, 5.726 e
5.727, do 2º Ofício de Registro de Imóveis da Comarca
de Cruzeiro do Oeste.

Art. 2º Os imóveis em questão, que ficam gravados
com cláusula de impenhorabilidade e de inalienabilidade,
serão destinados à implantação de projetos da Adminis-
tração Pública Municipal, retornando ao patrimônio do
Estado caso se comprove descumprimento da finalidade
assim estabelecida.

Art. 3º Esta lei entrará em vigor na data de sua
publicação.

À Diretoria Legislativa.

Ofícios

Sob os nºs CTL/CC 370, 371, 372, 373, 376, 377,
378, 379, 380, 382, 383, 384, 385, 386, 387, 388, 389,
390, 393, 394 e 400/08 do Sr. Roberto Requião - Gover-
nador do Estado, comunicando haver SANCIONADOS
os Projetos de Lei nºs:

348/08: Do Poder Executivo que, dá nova redação
ao artigo 73, da Lei nº 4978/64, conforme especifica e
adota outras providências, o qual convertido em Lei
tomou o nº 16012. **Anote-se - Arquite-se.**

441/08: De autoria do Deputado Caíto Quintana
que, concede o título de Cidadão Honorário do Paraná ao
Exmo. Sr. Senador da República Pedro Jorge Simon, o
qual convertido em Lei tomou o nº 16013. **Anote-se -
Arquite-se.**

434/08: Do Poder Executivo que, autoriza o Poder
Executivo a efetuar a doação do imóvel que especifica ao
Município de Umuarama, o qual convertido em Lei
tomou o nº 16014. **Anote-se - Arquite-se.**

498/08: Do Poder Executivo que, introduz as alte-
rações que especifica, na Lei nº 14260, de 22/12/03, que
dispõe sobre o Imposto sobre a Propriedade de Veículos
Automotores - IPVA, o qual convertido em lei tomou o nº
16015. **Anote-se - Arquite-se.**

125/08: De autoria do Deputado Luiz Fernandes Litro que, dispõe que as academias de ginástica, centros ou clubes esportivos e outros estabelecimentos congêneres, ficam obrigados a fixarem, em suas dependências, placas alusivas sobre o uso inadequado de anabolizantes em seres humanos, com os dizeres que especifica, o qual convertido em Lei tomou o nº 16018. **Anote-se - Arquivo-se.**

516/08: Do Poder Executivo que, institui o Fórum Paranaense de Mudanças Climáticas Globais, com os objetivos que especifica e adota outras providências, o qual convertido em Lei tomou o nº 16019. **Anote-se - Arquivo-se.**

497/08: Do Poder Executivo que, autoriza o Poder Executivo a instituir Programa de Residência Técnica no âmbito da Administração Direta e Autárquica do Poder Executivo do Paraná, conforme especifica, o qual convertido em Lei tomou o nº 16020. **Anote-se - Arquivo-se.**

517/08: Do Poder Executivo que, autoriza o pagamento de auxílio-financeiro a jovens, pela Secretaria de Estado da Criança e da Juventude, como mecanismo concreto de participação social da juventude para o desenvolvimento de atividades educativas, socializadoras e de produção cultural junto a crianças e adolescentes, conforme especifica, o qual convertido em Lei tomou o nº 16021. **Anote-se - Arquivo-se.**

551/08: Do Poder Executivo que, autoriza o Poder Executivo, por intermédio do Paraná Turismo, a fazer a Concessão de Direito Real do Uso, a título precário e gratuito, ao Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial - SENAC/PR, do imóvel que especifica, situado na Cidade, Município e Comarca de Foz do Iguaçu, Estado do Paraná, o qual convertido em Lei tomou o nº 16022. **Anote-se - Arquivo-se.**

470/08: Do Tribunal de Justiça que, dispõe sobre as carreiras dos funcionários públicos do Quadro de Pessoal do Poder Judiciário de 1º Grau de Jurisdição do Estado do Paraná e as atribuições das unidades estatizadas que substituem as Escrivanias e Ofícios da Justiça, conforme especifica e adota outras providências, o qual convertido em Lei tomou o nº 16023. **Anote-se - Arquivo-se.**

393/08: Do Tribunal de Justiça que, estabelece o regime jurídico dos funcionários do Poder Judiciário do Estado do Paraná, o qual convertido em Lei tomou o nº 16024. **Anote-se - Arquivo-se.**

391/08: Do Poder Executivo que, insere parágrafo único, ao artigo 12, da Lei nº 13667, de 05/07/02, com redação que especifica, o qual convertido em Lei tomou o nº 16025. **Anote-se - Arquivo-se.**

313/08: Do Tribunal de Justiça que, transfere a Comarca de Toledo, juntamente com seus Municípios, da atual Jurisdição da Vara de Execuções Penais e Corregedoria dos Presídios da Comarca de Foz do Iguaçu para a jurisdição da Vara de Execuções Penais e Corregedoria dos Presídios da Comarca de Cascavel, conforme especifica, o

qual convertido em Lei tomou o nº 16026. **Anote-se - Arquivo-se.**

550/08: Do Tribunal de Justiça que, dispõe que fica o Foro Regional de Bocaiúva do Sul excluído da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba e reclassificado em Comarca de Bocaiúva do Sul, de entrância inicial, o qual convertido em Lei tomou o nº 16027. **Anote-se - Arquivo-se.**

468/08: Do Tribunal de Justiça que, altera o artigo 155, da Lei nº 14277/03 - Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado do Paraná, conforme especifica, o qual convertido em Lei tomou o nº 16028. **Anote-se - Arquivo-se.**

549/08: Do Tribunal de Justiça que, cria a Comarca de Santa Fé, de entrância inicial, integrada pelos Municípios que especifica, juntamente com seus respectivos distritos, e adota outras providências, o qual convertido em Lei tomou o nº 16029. **Anote-se - Arquivo-se.**

314/08: Do Tribunal de Justiça que, dá nova redação ao artigo 60 e seu parágrafo 1º, da Lei nº 14277/03 - Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado do Paraná, conforme especifica, o qual convertido em Lei tomou o nº 16030. **Anote-se - Arquivo-se.**

541/08: Do Tribunal de Justiça que, dispõe que as classes de agentes de conservação, agente de serviços gerais, ascensorista e copeiro, do Quadro de Pessoal do Poder Judiciário vinculado à Secretaria do Tribunal de Justiça, constantes do anexo III, tabela I, da Lei nº 11719/97 e alterações posteriores, ficam extintas conforme especifica, o qual convertido em Lei tomou o nº 16031. **Anote-se - Arquivo-se.**

447/08: De autoria do Deputado Nelson Justus que, autoriza o Poder Executivo a prorrogar a cessão de direitos de uso do imóvel, disposta pela Lei nº 12217/98, à Associação Beneficente Renascer - ASCER, conforme especifica, o qual convertido em Lei tomou o nº 16033. **Anote-se - Arquivo-se.**

126/08: De autoria do Deputado Dr. Batista que, institui a obrigatoriedade de comunicação, à Secretaria de Estado da Saúde, nos casos de óbito de mulheres durante a gravidez ou a ela relacionados, quando atendidos pelos serviços de saúde públicos e privados no Estado do Paraná, o qual convertido em Lei tomou o nº 16034. **Anote-se - Arquivo-se.**

162/08: De autoria do Deputado Professor Luizão que, dispõe que as aulas práticas de direção veicular, para obtenção da primeira CNH, destinarão um mínimo de três horas/aulas para o aprendizado nas rodovias fora do perímetro urbano, conforme especifica, o qual convertido em Lei tomou o nº 16036. **Anote-se - Arquivo-se.**

Sob o nº CTL/CC nº 374/08 do Sr. Roberto Requião - Governador do Estado, comunicando haver VETADO PARCIALMENTE o Projeto de Lei nº 402/08, do Poder Executivo, por considerá-lo contrário ao interesse público. **À Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob o nº CTL/CC nº 375/08 do Sr. Roberto Requião - Governador do Estado, comunicando haver VETADO PARCIALMENTE o Projeto de Lei nº 390/08, do Poder Executivo, por considerá-lo contrário ao interesse público. **À Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob o nº CTL/CC nº 381/08 do Sr. Roberto Requião - Governador do Estado, comunicando haver VETADO INTEGRALMENTE o Projeto de Lei nº 005/08, do Tribunal de Justiça, por apresentar-se inconstitucional e contrário ao interesse público. **À Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob o nº CTL/CC nº 391/08 do Sr. Roberto Requião - Governador do Estado, comunicando haver VETADO INTEGRALMENTE o Projeto de Lei nº 469/08, do Tribunal de Justiça, por considerá-lo inconstitucional e contrário ao interesse público. **À Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob o nº CTL/CC nº 392/08 do Sr. Roberto Requião - Governador do Estado, comunicando haver VETADO PARCIALMENTE o Projeto de Lei nº 392/08, do Poder Executivo, por considerar a parte vetada inconstitucional e contrária ao interesse público. **À Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob o nº CTL/CC nº 395/08 do Sr. Roberto Requião - Governador do Estado, comunicando haver VETADO INTEGRALMENTE o Projeto de Lei nº 201/08, de autoria dos Deputados Luiz Eduardo Cheida e Teruo Kato, por considerá-lo inconstitucional. **À Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob o nº CTL/CC nº 396/08 do Sr. Roberto Requião - Governador do Estado, comunicando haver VETADO INTEGRALMENTE o Projeto de Lei nº 180/08, de autoria do Deputado Elio Rusch, por considerá-lo inconstitucional. **À Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob o nº CTL/CC nº 397/08 do Sr. Roberto Requião - Governador do Estado, comunicando haver VETADO PARCIALMENTE o Projeto de Lei nº 374/08, do Poder Executivo, por considerar a parte vetada inconstitucional e contrária ao interesse público. **À Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob o nº CTL/CC nº 398/08 do Sr. Roberto Requião - Governador do Estado, comunicando haver VETADO INTEGRALMENTE o Projeto de Lei nº 323/08, do Tribunal de Justiça, por considerá-lo inconstitucional e contrário ao interesse público. **À Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob o nº CTL/CC nº 399/08 do Sr. Roberto Requião - Governador do Estado, comunicando haver VETADO PARCIALMENTE o Projeto de Lei Complementar nº 317/08, do Deputado Luiz Claudio Romanelli, por considerar a parte vetada inconstitucional e contrária ao interesse público. **À Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob o nº CTL/CC nº 401/08 do Sr. Roberto Requião - Governador do Estado, comunicando haver VETADO INTEGRALMENTE o Projeto de Lei nº 196/08, do Deputado Teruo Kato, por considerá-lo contrário ao interesse público. **À Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob o nº CTL/CC nº 002/09 do Sr. Roberto Requião - Governador do Estado, comunicando haver VETADO PARCIALMENTE o Projeto de Lei nº 354/08, do Poder Executivo, por considerar as partes vetadas contrárias ao interesse público. **À Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob o nº CEE/CC nº 2242/08 do Sr. Rafael Iatauro - Chefe da Casa Civil do Estado, encaminhando cópia da Carta DP nº 1347/08, da SANEPAR, acerca da Indicação Legislativa nº 800. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº CEE/CC nº 2246/08 do Sr. Rafael Iatauro - Chefe da Casa Civil do Estado, encaminhando cópia da Carta DP nº 1368/08, da SANEPAR, acerca da Indicação Legislativa nº 802. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº CEE/CC nº 2257/08 do Sr. Rafael Iatauro - Chefe da Casa Civil do Estado, encaminhando cópia do Parecer nº 0476/08-COOJU do DETRAN, acerca da Indicação Legislativa nº 804. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº CEE/CC nº 004/09 do Sr. Rafael Iatauro - Chefe da Casa Civil do Estado, encaminhando cópia do Despacho de 30/12/08 da Secretaria de Estado da Saúde, acerca da Indicação Legislativa nº 894. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº CEE/CC nº 007/09 do Sr. Rafael Iatauro - Chefe da Casa Civil do Estado, encaminhando cópia do Protocolo nº 07.386.295-7, da Secretaria de Estado da Fazenda, acerca da Indicação Legislativa nº 902. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº CEE/CC nº 010/09 do Sr. Rafael Iatauro - Chefe da Casa Civil do Estado, encaminhando cópia do Ofício nº 1528/Gab CG do Comandante Geral da PMPR, acerca da Indicação Legislativa nº 814. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº CEE/CC nº 005/09 do Sr. Rafael Iatauro - Chefe da Casa Civil do Estado, restituindo a esta Casa os Projetos de Lei nºs 461/08 de autoria do Deputado Ney Leprevost, 492/08 de autoria do Deputado Luiz Nishimori, 218/08 de autoria do Deputado Jocelito Canto, 464/08 de autoria do Deputado Nelson Justus, 491/08 de autoria do Deputado Alexandre Curi e 719/07 do Deputado Luiz Claudio Romanelli. **Ao conhecimento do Sr. Deputado interessado.**

Sob o nº CEE/CC nº 1966/08 do Sr. Rafael Iatauro - Chefe da Casa Civil do Estado, em resposta ao PEDIDO DE INFORMAÇÕES requerido pelo Deputado Jocelito Canto, que pede esclarecimentos sobre o Plano Diretor apresentado pelos Municípios. **Ao conhecimento do Sr. Deputado interessado.**

Sob o nº CEE/CC nº 2266/08 do Sr. Rafael Iatauro - Chefe da Casa Civil do Estado, em resposta ao PEDIDO DE INFORMAÇÕES requerido pelo Deputado Jocelito Canto, que pede esclarecimentos sobre o pagamento de precatórios pelo Governo do Estado. **Ao conhecimento do Sr. Deputado interessado.**

Sob o nº CEE/CC nº 2265/08 do Sr. Rafael Iatauro - Chefe da Casa Civil do Estado, em resposta ao PEDIDO DE INFORMAÇÕES requerido pelo Deputado Jocelito Canto, que pede esclarecimentos sobre a venda do Banco do Estado do Paraná - BANESTADO. **Ao conhecimento do Sr. Deputado interessado.**

Sob o nº CEE/CC nº 2306/08 do Sr. Rafael Iatauro - Chefe da Casa Civil do Estado, em resposta ao PEDIDO DE INFORMAÇÕES requerido pelo Deputado Reni Pereira, que pede esclarecimentos sobre o valor de precatórios compensados pelo Governo do Estado. **Ao conhecimento do Sr. Deputado interessado.**

Sob o nº CEE/CC nº 2319/08 do Sr. Rafael Iatauro - Chefe da Casa Civil do Estado, em resposta ao PEDIDO DE INFORMAÇÕES requerido pelo Deputado Luiz Carlos Martins, apoiado pelos Parlamentares Elio Rusch, Valdir Rossoni e Plauto Miró que pede esclarecimentos sobre a Fundação COPEL. **Ao conhecimento do Sr. Deputado interessado.**

Sob o nº DRDO-C/002/09/DDFI do Sr. Paulo Roberto Trompczynski - Diretor de Finanças, Relações com Investimentos e de Controle de Participações no Exercício da Presidência da COPEL, em resposta ao PEDIDO DE INFORMAÇÕES requerido pelo Deputado Luiz Carlos Martins, apoiado pelos Parlamentares Elio Rusch, Valdir Rossoni e Plauto Miró que pede esclarecimentos sobre a Fundação COPEL. **Ao conhecimento do Sr. Deputado interessado.**

Sob o nº 014/09-SEMA/GS do Sr. Lindsley da Silva Rasca Rodrigues - Secretário de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos, em resposta ao PEDIDO DE INFORMAÇÕES requerido pelo Deputado Luiz Carlos Martins que pede esclarecimentos sobre a extração de areia na PR-431 na localidade de Morro da Areia. **Ao Conhecimento do Sr. Deputado Interessado.**

Sob o nº CEE/CC nº 208/08 do Sr. Rafael Iatauro - Chefe da Casa Civil do Estado, em resposta ao PEDIDO DE INFORMAÇÕES requerido pelo Deputado Douglas Fabrício, que pede esclarecimentos acerca dos motivos em que a COPEL não constou mais na lista das melhores empresas, divulgada pela Bolsa de Valores de São Paulo - BOVESPA. **Ao conhecimento do Sr. Deputado interessado.**

Sob o nº CEE/CC nº 109/09 do Sr. Rafael Iatauro - Chefe da Casa Civil do Estado, em resposta ao PEDIDO DE INFORMAÇÕES requerido pelo Deputado Jocelito Canto, que pede esclarecimentos sobre os serviços de medição de consumo nos hidrômetros pela SANEPAR. **Ao conhecimento do Sr. Deputado interessado.**

Sob o nº CEE/CC nº 209/09 do Sr. Rafael Iatauro - Chefe da Casa Civil do Estado, em resposta ao PEDIDO DE INFORMAÇÕES requerido pelo Deputado Jocelito Canto, que pede esclarecimentos sobre as obras de construção do Hospital Regional de Ponta Grossa. **Ao conhecimento do Sr. Deputado interessado.**

Sob o nº 1051/08-GP do Sr. José Vidal Coelho, Presidente do Tribunal de Justiça do Estado, encaminhando anteprojeto de lei que trata da alteração do artigo 36 da Lei Estadual nº 14277/03, de 30/12/03 - Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado do Paraná. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº 029/09-OPD/GP do Sr. Nestor Baptista - Presidente do Tribunal de Contas do Estado, encaminhando cópias do Processo nº 500211/08-TC, referente à Homologação de ICMS da Secretaria de Estado da Fazenda. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº 88-GAB/SESu/MEC da Sra. Valéria Grilanda Rodrigues Paiva - Ordenadora de Despesas, Substituta do Ministério da Educação, comunicando a celebração de convênio entre a Secretaria de Educação Superior e as Universidades Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE, a Universidade Estadual de Ponta Grossa - UEPG, Fundação de Ensino Superior de Cajazeiras - FESC, Faculdade de Direito do Norte Pioneiro - FONORPI, Universidade Estadual de Londrina - UEL, Faculdade de Ciências Econômicas de Apucarana - FACEA, Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de Cornélio Procopio - FAFICOP, Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de Paranaguá - FAFIPAR, Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de Jacarezinho - FAFIJA e Universidade Estadual do Centro Oeste - UNICENTRO. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº 9046-GAB/SESu/MEC da Sra. Maria Ieda Costa Diniz - Ordenadora de Despesas, Substituta do Ministério da Educação, comunicando a celebração de convênio entre a Secretaria de Educação Superior e a Universidade Estadual de Ponta Grossa - UEPG. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº 9032-GAB/SESu/MEC da Sra. Maria Ieda Costa Diniz - Ordenadora de Despesas, Substituta do Ministério da Educação, comunicando a celebração de convênio entre a Secretaria de Educação Superior e a Universidade Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº 07402/COCEC/CGCON/DEPIN/FUNASA do Sr. Armando Rosa - Coordenador Geral de Convênios do Ministério da Saúde, encaminhando cópia do Termo de Compromisso e Termo de Aprovação Formal para execução do Termo de Compromisso nº 0805/07. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob os nºs AL001254, 1255 e 1256/08 do Sr. Daniel Silva Balaban - Presidente do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE do Ministério da Educação, informando liberação de recursos financeiros destinados a Secretaria de Estado da Educação junto aos Programas PNAP-Pré-Escola, PNAE - Fundamental, transferência a Estado e Municípios PBA e PNAQ - PNAE Quilombola, respectivamente. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob os nºs AL0001229/08 do Sr. Daniel Silva Balaban - Presidente do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE do Ministério da Educação, informando liberação de recursos financeiros destinados ao Governo do Estado do Paraná junto aos Programas PRO-JOVEM URBANO - TD e FORMAÇÃO PROFISSIONAIS PROJEM URBANO. **Ao conhecimento da Casa.**

Ofício s/nº

“Curitiba, 19/12/08.

Senhor Presidente:

Através deste comunico a V. Exa., que em 01/01/09, assumo o mandato de Prefeito no Município de Pinhais/PR.

Em decorrência da posse no Executivo Municipal, solicito a V. Exa., providências no sentido de declarar extinto meu mandato de Deputado Estadual, na condição de 1º Suplente do Partido dos Trabalhadores, a partir de 01/01/09.

Sendo minha decisão de caráter irrevogável, agradeço todo apoio que recebi nesta Casa durante o exercício do meu mandato.

Certo de contar com vossa providência, desde já agradeço, renovando protestos de consideração e respeito, desejando um segundo mandato de muito sucesso na Presidência da Assembléia.

Atenciosamente.

(a) PROFESSOR LUIZÃO”

(Original de próprio punho do autor)

OFÍCIO Nº 001/09

Curitiba, 02/02/09.

Senhor Presidente:

Venho através do presente comunicar a V. Exa. que, por especial deferência dos Srs. Deputados pertencentes ao Bloco Parlamentar PPS/PMN, fui escolhido para exercer a função de Líder do Bloco.

Na oportunidade apresento a V. Exa. os protestos de considerações e apreço.

(a) DR. BATISTA

Indicações

INDICAÇÃO Nº 001/09

SÚMULA:

Propõe doação de um ônibus para o Município de Terra Roxa.

Ao Exmo. Sr. Roberto Requião de Mello e Silva, Governador do Estado do Paraná:

O Deputado Stephanes Júnior dirige-se a V. Exa., para expor e reivindicar o seguinte:

1 - A doação de um ônibus para o Município de Terra Roxa/PR.

2 - A solicitação justifica-se para realizar transporte escolar da região.

Sala das Sessões, em 03/02/09.

(a) STEPHANES JÚNIOR

INDICAÇÃO Nº 002/09

SÚMULA:

Propõe doação de um ônibus para o Município de Abatiá.

Ao Exmo. Sr. Roberto Requião de Mello e Silva, Governador do Estado do Paraná:

O Deputado Stephanes Júnior dirige-se a V. Exa., para expor e reivindicar o seguinte:

1 - A doação de um ônibus para o Município de Abatiá/PR.

2 - A solicitação justifica-se para atender principalmente o transporte de estudantes universitários para a Cidade de Cornélio Procopio.

Sala das Sessões, em 03/02/09.

(a) STEPHANES JÚNIOR

INDICAÇÃO Nº 003/09

SÚMULA:

Propõe a atenção especial ao grave problema da falta de viaturas policiais no município de Terra Boa.

Ao Sr. Secretário de Estado da Segurança Pública:

O Deputado Douglas Fabrício, valendo-se de suas competências constitucionais e regimentais, dirige-se a V. Exa. para expor e reivindicar o seguinte:

I - Que esta Secretaria de Estado se digne em dedicar especial atenção ao grave problema de viaturas policiais no Município de Terra Boa e viabilize a aquisição de pelo menos outras duas viaturas sendo uma traçada para atender a zona rural.

II - Inúmeros munícipes nos pedem que envidemos esforços na sensibilização das autoridades competentes para o problema seriíssimo que vem ocorrendo no Município.

III - Atualmente o município não conta com viaturas em condições sequer de perseguir algum meliante. O estado deplorável de conservação gera total insegurança ao público em geral. Outro dia uma das viaturas ficou por 15 (quinze) longos dias em conserto no Município vizinho e nem bem retornou a outra viatura teve que ser enviada.

IV - Destaque-se que existe a necessidade da existência de pelo menos uma viatura traçada para atender a zona rural.

V - Esta é uma reivindicação dos moradores em geral, e em especial nestes últimos tempos onde têm sido frequentes os delitos.

VI - A insegurança já atingiu patamar muito elevado e somente com o atendimento quanto ao aumento dos recursos e o acirramento das rondas ostensivas poderemos minimizar tal situação com enormes benefícios à comunidade.

Ainda, aproveito o ensejo para manifestar a elevada estima e consideração.

Sala das Sessões, em 03/02/09.

(a) DOUGLAS FABRÍCIO

INDICAÇÃO Nº 004/09

SÚMULA:

Sugere que seja feita a pavimentação com pedras irregulares na estrada que liga Porto Rico a Porto São José.

Ao Exmo. Sr. Governador do Estado do Paraná:

O Deputado Dr. Batista dirige-se a V. Exa., para expor e reivindicar o seguinte:

I - a realização de pavimentação com pedras irregulares na estrada que liga Porto Rico a Porto São José.

II - a apresentação da presente indicação objetiva a atender inúmeras solicitações da comunidade de Porto Rico, tendo em vista que a referida estrada está em péssimas condições de trânsito.

Sala das Sessões, em 03/02/09.

(a) DR. BATISTA

INDICAÇÃO Nº 005/09

SÚMULA:

Propõe ao Governador do Estado Roberto Requião e à Secretária da Cultura Vera Mussi a construção de Biblioteca Cidadã no Município de Nova Londrina.

Sr. Governador, Sra. Secretária:

O Deputado abaixo subscrito, no uso de suas atribuições regimentais, após receber o apoio de seus Pares, REQUER seja aprovada a presente indicação, a fim de se propor ao Sr. Governador do Estado e à Secretária da Cultura a construção de uma Biblioteca Cidadã no Município de Nova Londrina pelas razões que especifica na justificativa abaixo.

Sala das Sessões, em 03/02/09.

(a) TERUO KATO

JUSTIFICATIVA:

No Município de Nova Londrina reside grande número de trabalhadores rurais que labutam nas lavouras de cana e mandioca. Ou seja, nessa região vivem pessoas com baixíssimo poder aquisitivo, que não tem condições de arcar com os custos do material escolar de seus filhos, que dirá com a compra de livros infantis ou de pesquisas.

Em face dessa realidade, não há como se oferecer às crianças e adolescentes dessa região atividades culturais que lhes despertem o gosto pelo estudo e pela leitura sem o auxílio do Estado.

A construção de uma Biblioteca Cidadã em Nova Londrina, portanto, mais do que constituir-se em importante setor de desenvolvimento intelectual e cultural para os estudantes do ensino básico e fundamental daquela região, é ferramenta indispensável para complementar-se o processo educacional dessas crianças e adolescentes.

INDICAÇÃO Nº 006/09

SÚMULA:

Propõe ao Governador do Estado Roberto Requião e à Secretária da Educação a construção de escola no Município de Mandaguaçu.

Sr. Governador, Sra. Secretária da Educação:

O Deputado abaixo subscrito, no uso de suas atribuições regimentais, após receber o apoio de seus Pares, REQUER seja aprovada a presente indicação, a fim de

que seja proposto ao Sr. Governador do Estado e à Secretária da Educação que determinem a construção de uma escola no Município de Mandaguaçu, pelas razões abaixo especificadas:

Sala das Sessões, em 03/02/09.

(a) TERUO KATO

JUSTIFICATIVA:

Há, no município de Mandaguaçu, um bairro populoso, a Vila Guadiana, que não dispõe de escola pública estadual para atender às pessoas de baixa renda que nele residem, pessoas as quais, dentre outras limitações, não possuem meios materiais de transporte.

Certos de poder contar com o apoio indispensável do Governo do Estado do Paraná e da Secretaria da Educação, apresenta-se a presente indicação, a fim de que seja construída no município de Mandaguaçu, na Vila Guadiana, uma nova escola estadual.

INDICAÇÃO S/N

Senhor Presidente:

Pelo presente comunico a V. Exa. que a ilustre Deputada Rosane Ferreira irá compor a Comissão de Constituição e Justiça como suplente do Deputado Reni Pereira.

Sem mais para o momento, agradeço sua atenção.

Sala das Sessões, em 03/02/09.

(a) RIBAS CARLI FILHO

INDICAÇÃO S/N

Senhor Presidente:

Na qualidade de Líder do PSDB, venho através do presente indicar o Sr. Deputado Luiz Fernandes Litro como suplente do partido na Comissão de Constituição e Justiça.

Sala das Sessões, em 03/02/09.

(a) ADEMAR TRAIANO

Requerimentos

REQUERIMENTO Nº 008

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER justificar ausência nas Sessões Ordinárias dos dias 03, 04 e 05 de fevereiro do corrente ano, em face de compromissos parlamentares agendados no Ministério da Saúde e Ministério dos Transportes em Brasília - Distrito Federal.

Sala das Sessões, em 03/02/09.

(a) BETI PAVIN

REQUERIMENTO Nº 023

Senhor Presidente:

A Deputada que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de profundo pesar pelo falecimento, ocorrido no último dia 02 de fevereiro do Sr. Sidnei Polato, ex-Prefeito do Município de Engenheiro Beltrão.

Requer, outrossim, que a decisão da Casa seja dada ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 03/02/09.

(a) DR. BATISTA

REQUERIMENTO Nº 007

Senhor Presidente:

Observadas as disposições regimentais, a adiante nominada, Deputada com assento nesta Casa de Leis, REQUER à Mesa seja oficiado ao Diretor Francisco Cunha Pereira Filho enviando-lhe voto de congratulações, em razão da comemoração do aniversário do veículo de comunicação.

O trabalho sério realizado pelo Jornal Gazeta do Povo e a confiança da população curitibana, conquistada ao longo dos anos, merece o reconhecimento desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 03/02/09.

(a) CIDA BORGHETTI

REQUERIMENTO Nº 020

Senhor Presidente:

Os Deputados Estaduais, adiante firmado, facultado pelas suas prerrogativas regimentais, vem REQUERER ao Plenário desta Casa de Legislativa que se digne a aprovar o envio de efusivas congratulações ao jornal Gazeta do Povo, desta Capital, pelo transcurso de seus 90 anos de existência.

Caso aprovada a presente proposição, requer-se que da decisão seja dada ciência ao Sr. Dr. Francisco Cunha Pereira Diretor-Presidente do jornal homenageado, via correspondência, junto com as felicitações dessa Casa, pela data comemorativa, cuja saudação é extensiva aos demais Diretores e funcionários.

Sala das Sessões, em 03/02/09.

(aa) PLAUTO MIRÓ
ELIO RUSCH

JUSTIFICATIVA:

Em 03/02/19, surgia no Paraná um jornal que passaria a ser nos 90 anos seguintes, o fiel repositório da história paranaense em todos os seus campos: a Gazeta do Povo.

Testemunha ocular dos fatos ocorridos neste Estado e tão poucos registros em sua história rica, a Gazeta tem cumprido um relevante papel de deixar para os pósteros, tudo de bom e igualmente as dificuldades para se transformar este Paraná no grande estado que é hoje.

Testemunhou as várias fases econômicas, a começar pela fase de erva-mate e da extração madeireira, que abriu espaço, por vezes predatoriamente, a fantástica expansão agrícola ocorrida logo após a fase áurea do café.

Com a garra dos fundadores Benjamin Linz e Oscar Joseph de Plácido e Silva, que já em seu editorial inicial apontava os rumos a serem seguidos, quais sejam a defesa dos interesses gerais da sociedade, chamando a atenção de todos e de cada uma, para assuntos que direta ou indiretamente, nos interessam.

Do jornal de seis páginas, com bobinas de papel transportadas em carroças, ao jornal dinâmico de hoje, vai uma longa jornada.

Curiosamente, porém, na véspera do nonagésimo aniversário, um sucessor da família Plácido e Silva, o Deputado Nelson Justus, assumia uma vez mais o comando da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

Feliz coincidência a aumentar a importância desta data. Sinal de que, essa família deixou não apenas marcas impressas nas páginas de um jornal, mas também, gerações de continuadores da tradição e conceito de seus fundadores.

Que a Gazeta do Povo hoje administrada pela família Cunha Pereira, representada na figura do Dr. Francisco Cunha Pereira Filho, continue sua marcha de lutas em favor do Paraná, como a mais marcante delas que resultou nos royalties de Itaipu, ao Estado e aos Municípios limieiros ao lago, dos quais com inteira justiça o Dr. Francisco ostenta o título de Cidadão Honorário.

REQUERIMENTO Nº 010

Senhor Presidente:

Os Deputados Estaduais adiante firmados, facultados pelas prerrogativas regimentais desta Casa Legislativa, vem REQUERER a V. Exa. a data do dia 19/02/09, às 17h, para realização de Sessão Solene em homenagem aos 180 Anos de Imigração Alemã no Paraná.

Sala das Sessões, em 03/02/09.

(aa) ELIO RUSCH
STEPHANES JÚNIOR

REQUERIMENTO Nº 016

Senhor Presidente:

O presente Deputado que ora subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja enviado expediente ao Sr. Heron Arzua, Secretário de Estado da Fazenda, afim de verificar o ora exposto.

Justifica-se o pedido face as várias dúvidas suscitadas no meio social com relação a alíquota aplicada sobre o IPVA no PR, bem como o descompasso com o Texto Legal nº 14260/03 e a instrução da Secretaria de Estado da Fazenda, uma vez que o texto legal aduz:

Art. 4º As alíquotas do IPVA são:

I - 1% (um por cento) para:

a) ônibus, caminhões e quaisquer outros veículos automotores registrados no Departamento de Trânsito do Paraná - DETRAN/PR, ou cadastrados na Secretaria do Estado da Fazenda - SEFA/PR, na categoria aluguel ou espécie carga;

b) veículos automotores destinados à locação, de propriedade de Empresas Locadoras ou cuja posse estas detenham em decorrência de contrato de arrendamento mercantil;

II - 2.5% (dois e meio por cento) para os demais veículos automotores registrados no DETRAN/PR ou cadastrados na SEFA/PR.

Embora no dia 29/01/09 conforme notícia no caderno Economia do Jornal Gazeta do Povo, a Receita tenha admitido o erro na tributação das denominadas picapes procurando elucidá-lo através da Instrução nº 026/08, ainda paira sobre a população paranaense grandes questionamentos acerca do conteúdo expresso em lei e a referida instrução. Frise-se, a lei é norma soberana não podendo portanto estar abaixo de uma instrução.

Se a lei em seu artigo 4º é clara com relação a aplicabilidade dos percentuais da alíquota do IPVA estendendo o percentual de 1% aos veículos cadastrados na categoria aluguel ou espécie carga inexistente razão para uma instrução dizer que: a alíquota será de 2.5% para os demais veículos automotores registrados no DETRAN/PR, inclusive caminhonete ou camioneta com capacidade para cinco passageiros ou mais estando esta inserida na modalidade carga conforme preconiza a lei do IPVA no PR.

Sala das Sessões, em 03/02/09.

(a) EDSON STRAPASSON

REQUERIMENTO Nº 019

Senhor Presidente:

O presente Deputado que ora subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja enviado expediente ao Sr. Heron Arzua, Secretário de Estado da Fazenda, afim de verificar a base de cálculo em Tabela FIPE atual ou pós setembro de 2008, objetivando a cobrança justa sobre o real e atual valor venal dos veículos no Estado do Paraná.

Conforme aprovado por esta casa, preconiza a Lei nº 16015/08 em seu artigo 22 que:

Art. 22. Fica aprovada, nos termos do inciso VI do artigo 3º, a tabela de preços médios de veículos, elaborada pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas - FIPE, para ser utilizada como base de cálculo do IPVA para o exercício 2009, e que constitui o anexo único desta lei.

Ocorre que um aspecto importante foi desprezado quando do cálculo do IPVA 2009 sobre uma base anterior a crise deflagrada a partir de outubro de 2008, ocasionando uma redução significativa no preço dos veículos consequentemente, impondo ao cidadão o dever de pagar mais, por um bem atualmente desvalorizado a uma média de 20% a 30% do valor de mercado.

É dever do Estado, apurar no mercado, os valores médios e com isto, determinar a base de cálculo. É ainda indispensável que a elaboração e publicação de tabelas de valores médios dos veículos atenda ao dever de fundamentação do qual o Estado está ligado obrigatoriamente. A utilização de tabela que não atenda tal requisito padece de vício de legalidade levando em consideração o grave evento da crise mundial no setor financeiro e automobilístico em meados de outubro de 2008, não podendo servir de parâmetro válido para a exigência do tributo com base em tabela que majora o preço dos veículos.

É desejável que o Estado tenha a percepção do contexto atual e dos impactos da crise na vida de cada

cidadão no meio social. Assim, é inadmissível que o cidadão brasileiro esteja obrigado a pagar um tributo calculado sobre uma base majorada do valor venal do bem.

Dito isto, nosso requerimento é no sentido de que esta base de cálculo seja refeita observando-se a Tabela FIPE atual ou pós outubro de 2008, proporcionando ao cidadão o pagamento justo e coerente com a realidade atual.

Sala das Sessões, em 03/02/09.

(a) EDSON STRAPASSON

REQUERIMENTO Nº 022

Senhor Presidente:

O Deputado Estadual, adiante assinado, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, a essa douta Mesa Executiva, após ouvido o Plenário, com fulcro nos artigos 34 e 35 do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, que institua uma Comissão Especial composta por 7 (sete) membros para estudar e acompanhar a autorização da ANATEL permitindo ao SERCOMTEL expandir a telefonia fixa para todo o território do Paraná.

O objetivo desta Comissão será acompanhar a expansão do SERCOMTEL, auxiliar e acompanhar as transações desta empresa com outras de natureza pública, sejam elas empresas públicas, sociedades de economia mista, sejam órgãos governamentais, com o escopo de auxiliar e fortalecer a única empresa estatal de telefonia do país.

Esta Comissão Especial deverá, ainda, estudar as possibilidades de expansão desta empresa de telefonia, SERCOMTEL, sugerindo ao Governo do Estado, detentor de 45% de suas ações por meio da COPEL, e a Prefeitura Municipal de Londrina, medidas e contratos para viabilizar esta expansão.

O prazo para a execução dos trabalhos desta Comissão Especial da SERCOMTEL será de 120 (cento e vinte) dias.

Sala das Sessões, em 03/02/09.

(a) LUIZ EDUARDO CHEIDA

JUSTIFICATIVA:

O SERCOMTEL sempre foi, e ainda é, uma referência nacional e internacional na administração e exploração de serviços de telefonia. Empresa de natureza pública, desde sua criação buscou estar a frente de seu tempo. A primeira a explorar telefonia digital no Estado e uma das primeiras do país. Sempre aliou tecnologia de ponta com atendimento ao público humano e responsável. Um exemplo bem sucedido de empresas administradas pelo Poder Público.

Seguindo este conceito de sempre querer expandir seus horizontes, levando serviços de telefonia de alta qualidade a todos, o SERCOMTEL apresentou solicitação junto a ANATEL para que pudesse oferecer seus serviços de telefonia fixa a todo o Estado do Paraná. Recentemente a ANATEL concedeu esta autorização, dando o prazo de 12 meses para que o SERCOMTEL comece a operar nesta área de abrangência.

Atualmente o SERCOMTEL é a única empresa de natureza pública a oferecer serviços de telecomunicações em todo o território nacional. Com capital majoritariamente do Município de Londrina e com 45% de suas ações cuja titularidade são da COPEL, a empresa é de interesse de todos os paranaenses. Afinal operando apenas nas cidades de Londrina e Tamarana o SERCOMTEL Telefonia Fixa apresentou lucro superior a 8 milhões de reais.

Ou seja, viabilizando e auxiliando a expansão desta empresa para todo o Estado, além de um lucro maior, estaremos presenciando a geração de renda e empregos em nosso Estado, a fixação destes dividendos em nossa terra, e acima de tudo viabilizando a todos os paranaenses um serviço de qualidade técnica aliada a um atendimento respeitoso e humano.

A criação desta Comissão é uma clara demonstração que esta Casa de Leis percebe, compreende a importância desta empresa, e acima de tudo sabe que o Paraná e os paranaenses só tem a ganhar com esta atitude.

Projetos de Lei

PROJETO DE LEI Nº 003/09

A Assembleia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º As empresas que recebem incentivos fiscais do Governo do Estado do Paraná, ficam proibidas de demitirem trabalhadores e trabalhadoras, sem justa causa.

Art. 2º Os empregadores ficam obrigados a garantir, pelo prazo de um ano no mínimo, os mesmos postos de trabalho que existiam em suas empresas em 01/01/09.

Art. 3º O não cumprimento das normas estabelecidas nos parágrafos anteriores, a partir de sua comprovação, por fiscais estaduais, da redução dos postos de trabalho, os empresários infratores terão de devolver, com as devidas correções inflacionárias do País, os valores equivalentes aos incentivos fiscais com que foram contemplados junto ao Governo do Paraná.

Art. 4º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 03/02/09.

(a) ANTONIO BELINATI

JUSTIFICATIVA:

O presente projeto de lei tem o objetivo de evitar que maus empresários levanten valores milionários, a título de incentivo fiscal, para a instalação de indústrias, em território paranaense, usando, como pano de fundo, que vão gerar empregos, vão abrir novos postos de trabalho.

Louve-se o bom empreendedor que cumpre à risca os compromissos sociais assumidos. Porém, é inegável que, ao primeiro sinal de crise, alguns tentam tirar proveito da situação, para engordar seu patrimônio.

Nesse momento, de maneira desumana, alguns usam o facão da degola contra seus funcionários. Pouco ou quase nada é possível fazer com quem não tenha recebido incentivos fiscais do Governo Estadual, mas, quem se valeu dos cofres públicos para montar ou ampliar sua empresa, pode, e deve, sim, estar sob o controle de legislação estadual, como estabelece este projeto, cujo objetivo é garantir o emprego a quem dele precise em nosso Estado, numa contribuição deste Poder.

PROJETO DE LEI Nº 004/09

A Assembleia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Agentes e órgãos públicos dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, Estaduais e Municipais, ficam obrigados a publicar seus atos oficiais com letras de tamanhos nunca inferiores à fonte 08 (oito), sejam estes veiculados em impressos ou na internet.

Parágrafo Único. As publicações de que trata este artigo devem ser veiculadas em seções especiais, com abertura de página e chamada de letras maiores expondo as finalidades para as quais os referidos atos são publicados.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 03/02/09.

(a) FERNANDO SCANAVACA

JUSTIFICATIVA:

A apresentação deste projeto de lei tem por objetivo estabelecer normas para que agentes e órgãos públicos dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, estaduais e municipais, passem a publicar seus respectivos atos oficiais com letras de tamanhos nunca inferiores à fonte 08 (oito), sejam estes veiculados em impressos ou na internet. E que essas publicações passem a ser veiculadas em seções especiais, com abertura de página e chamada em letras maiores que mencionem os fins para as quais são publicadas, para que os cidadãos tenham maior conhecimento a respeito.

Busca, com isto, facilitar o acesso dos contribuintes a informação que são imprescindíveis ao exercício pleno da cidadania, mas que em muitos casos são dificultadas devido à forma (formato de letra e classificação nos jornais) como são disponibilizadas.

PROJETO DE LEI Nº 005/09

A Assembleia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica denominado de Wallace Thadeu de Mello e Silva o Hospital Regional de Ponta Grossa.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 03/02/09.

(a) JOCELITO CANTO

JUSTIFICATIVA:

O médico Dr. Wallace Thadeu de Mello e Silva nasceu em Curitiba em 1908, graduou-se em medicina e exerceu sua profissão em diversos Estados do País, até decidirem, ele e sua esposa D. Lucy Requião, voltar ao Paraná, mais precisamente a Curitiba, para que seu primogênito, Roberto Requião de Mello e Silva, aqui nascesse.

Teve atuante participação em diversos órgãos em nosso Estado, tais como psicólogo do Tribunal de Justiça, Diretor de Criminologia do DEPE, Diretor do Serviço Vocacional do Colégio Estadual do Paraná, professor da UFPR no Hospital de Clínicas, entre outros.

Foi Vereador em Curitiba e em 1951 foi eleito Prefeito da Capital.

Devido a sua importante participação no cenário social e político do nosso Estado, consideramos apropriado que empreste seu nome ao Hospital Regional de Ponta Grossa, obra essa executada graças ao empenho e visão de seu filho, o Governador Roberto Requião

PROJETO DE LEI Nº 006/09
A Assembleia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica criada no Estado do Paraná a Secretaria de Estado do Litoral.

§ 1º A Secretaria de Estado do Litoral de que trata este artigo compete à organização, desenvolvimento, infraestrutura, segurança, turismo e outros assuntos referentes ao Litoral paranaense.

§ 2º A estrutura orgânica interna da Secretaria de Estado do Litoral e respectivas atribuições serão definidas através de decreto do Chefe do Poder Executivo.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 03/02/09.
(a) MAURO MORAES

JUSTIFICATIVA:

A criação da Secretaria de Estado do Litoral do Estado do Paraná é uma antiga reivindicação da comunidade do Litoral paranaense.

Entendemos que uma Secretaria de Estado, instalada em um município do Litoral, proporcionará melhores condições de organização, desenvolvimento, infraestrutura, segurança e turismo aos habitantes locais e aos veranistas.

Uma pesquisa recente realizada por órgão televisivo mostra que 84% dos entrevistados consideram ruim a infraestrutura dos Municípios do litoral paranaense.

Sendo assim, esperamos contar com o apoio dos nobres Pares para a aprovação do presente projeto de lei.

PROJETO DE LEI Nº 007/09
A Assembleia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica criada a Universidade Estadual da Capital do Estado do Paraná.

Parágrafo Único. Fica obrigada a destinação de, no mínimo, 60% (sessenta por cento) das vagas para alunos da rede pública ensino do Estado do Paraná.

Art. 2º A estrutura orgânica da Universidade Estadual da Capital e respectivas atribuições serão definidas através de decreto do Chefe do Poder Executivo.

Art. 3º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 03/02/09.
(a) MAURO MORAES

JUSTIFICATIVA:

A criação da Universidade Estadual da Capital do Estado do Paraná é um antigo anseio da coletividade da Região Metropolitana de Curitiba.

Propomos, também, a destinação de, no mínimo, 60% (sessenta por cento) das vagas para alunos da rede pública ensino do Estado do Paraná, evitando que só os mais favorecidos financeiramente ocupem as cadeiras da universidade, como acontece na Universidade Federal do Paraná.

Sendo assim, esperamos contar com o apoio dos nobres Pares para a aprovação do presente projeto de lei.

PROJETO DE LEI Nº 008/09
A Assembleia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica alterado o parágrafo 2º do artigo 131, da Lei nº 16024, de 19/12/08, que passará a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 131 ...

§ 2º O tempo de afastamento em razão da fruição da licença do que trata esta Seção não será computado para qualquer efeito legal.”

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 03/02/09.
(a) NELSON JUSTUS

JUSTIFICATIVA:

Estamos apresentando o presente projeto de lei que tem por objetivo corrigir a redação do parágrafo 2º do artigo 131, da Lei nº 16024, de 19/12/08, que foi publicada no Diário Oficial do Estado. A redação publicada do referido parágrafo repete o disposto no parágrafo 2º do artigo 133, da referida Lei nº 16024. A nova redação está disposta no anteprojeto de lei enviado pelo egrégio Tribunal de Justiça do Estado.

Sendo assim, esperamos contar com o apoio dos nobres Pares para a aprovação da proposição em tela.

PROJETO DE LEI Nº 009/09
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Os estabelecimentos comerciais situados no Estado manterão exemplar do Código de Proteção e Defesa do Consumidor, Lei nº 8078, de 11/09/90, disponível para consulta.

§ 1º Para os efeitos desta lei, considera-se estabelecimento comercial aquele que desenvolve a atividade de distribuição ou comercialização de produto ou prestação de serviços.

§ 2º O exemplar a que se refere o *caput* poderá ser solicitado pelo cliente ao funcionário encarregado do atendimento.

Art. 2º É obrigatória, nos estabelecimentos a que se refere o parágrafo 1º do artigo 1º, a afixação de placa junto ao caixa, em local visível e de fácil leitura, com os seguintes dizeres: “Este estabelecimento possui exemplar do Código de Proteção e Defesa do Consumidor, Lei nº 8078, de 11/09/90, disponível para consulta.”.

Art. 3º O descumprimento do disposto nesta lei sujeita o estabelecimento infrator às seguintes penalidades:

I - notificação de advertência para sanar a irregularidade no prazo de 15 dias, na primeira infração;

II - multa de R\$ 500 (quinhentos reais) se, decorrido o prazo previsto no inciso I, persistir a irregularidade;

III - multa prevista no inciso II cobrada em dobro, nas reincidências subsequentes.

Parágrafo Único. Para os efeitos do disposto no *caput*, considera-se reincidência o cometimento da mesma infração e cada período de 30 dias após a aplicação da multa prevista no inciso II.

Art. 4º O Poder Executivo regulamentará esta lei no prazo de 30 dias contados da data de sua publicação.

Art. 5º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 03/02/09.

(a) LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

JUSTIFICATIVA:

O mercado cresce a cada dia, e aumenta a lista de mercadorias disponibilizadas para o consumo. O nosso cotidiano está sendo invadido pela tecnologia, por informações, diversões e serviços. A mídia e o marketing se fazem presentes no imaginário das pessoas.

A intenção é seduzir e criar cada vez uma legião de consumidores.

De um lado está a ‘empresa e sua liberdade’ e, de outro, o consumidor e seus interesses. Poucos são aqueles que refletem sobre seus próprios hábitos de consumo, surgindo daí muitos problemas que poderiam ser evitados se os consumidores tivessem uma postura mais consciente e crítica sobre o que e como adquirem.

No Brasil, quando se fala em consumo, a primeira idéia que surge é o festejado Código de Defesa do Consumidor. Não era para menos, pois estamos diante de um dos Códigos mais modernos do mundo.

Nesta área, ao contrário de outras do Direito, existe, mesmo que de forma ainda tímida, uma reação dos cidadãos contra as agressões e posturas antiéticas do mercado.

Com advento do Código de Defesa do Consumidor, por meio da Lei nº 8078, de 11/09/90, o Estado passou a dispor de instrumentos adequados para a defesa do consumidor. Com isso, as empresas tiveram de se ajustar às normas reguladoras das relações de consumo.

Nestas quase duas décadas de vigência do nosso Código, ele interferiu no comportamento de consumidores e fornecedores. No entanto, nosso dia a dia revela que ainda existem peculiaridades referentes ao tema, que poucos conhecem.

Citamos dois casos de proteção ao consumidor, referentes a prazos, apenas como exemplo dos vários direitos existentes. Vejamos:

- Prazo de entrega: Se a loja não cumprir o prazo de entrega, você deverá entrar em contato com a direção do estabelecimento e procurar saber o motivo do atraso. Se o motivo não for justo, você poderá cancelar a compra, e o que já tiver sido pago deverá ser devolvido com correção monetária.

- Prazo de arrependimento: Você tem sete dias para se arrepender de um contrato assinado fora do estabelecimento comercial - como por exemplo, uma compra por telefone, pela internet, ou em sua casa (venda em domicílio). Neste caso, você tem o direito de receber de volta as quantias eventualmente pagas, com a devida correção monetária. O prazo de sete dias é contado a partir da data da assinatura do contrato ou do dia seguinte ao recebimento do produto ou prestação do serviço, o que acontecer por último. Se o término do prazo for um feriado ou final de semana, ele será prorrogado para o primeiro dia útil seguinte.

É bom lembrar que no Brasil tem ocorrido, nestes últimos anos, um avanço nas decisões proferidas em litígios em que estão em jogo os direitos do consumidor.

Nota-se que a relação entre consumidor e fornecedor está em processo de evolução, e essa consciência do consumidor pode influenciar o mercado, fazendo com que as empresas tenham compreensão maior da importância do Código de Defesa do Consumidor.

O Código foi uma das poucas leis brasileiras gerada e amadurecida no âmbito da Sociedade. É uma lei voltada à prevenção, à reparação e à punição. Porém, a sua aplicação prática ainda é insuficiente.

É importante esclarecer que o respeito aos direitos do consumidor melhorou nos últimos anos, mas ainda faltam informações acessíveis e prontas no dia-a-dia do cidadão, daí a importância dos estabelecimentos manterem o exemplar da lei ao acesso do consumidor.

Diante do exposto, conta o signatário com a colaboração dos demais Pares para a aprovação da matéria em pauta.

PROJETO DE LEI Nº 010/09
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública estadual a associação Agentes da Paz - AGEPAZ, com sede e foro no Município de Paranavaí.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 03/02/09.

(a) TERUO KATO

JUSTIFICATIVA:

A associação Agentes da Paz, com sede no município de Paranavaí, conforme disposto no artigo 1º de seu estatuto à associação sem fins lucrativos, que tem como objetivos principais, conforme se vê no artigo 2º desse mesmo diploma legal, dentre outros, “(...) promover o desenvolvimento humano e melhoria da qualidade de vida, individual e em grupo, através do apoio, orientação e promoção da gestante, criança, adolescente e família (...), especialmente com atendimento psicológico, psicopedagógico, assistente social, terapia familiar, terapia comunitária, terapias alternativas, realizações de cursos, palestras, seminários, conferências, pesquisas, assessorias técnicas e órgãos públicos e privados, desenvolvimentos de projetos que tenham como principal foco de ação o crescimento humano (...)”.

Atualmente, a Agentes da Paz atende várias pessoas de todas as idades e presta serviços inestimáveis à comunidade de Paranavaí.

A declaração de utilidade Pública da Agentes da Paz - AGEPAZ constituirá, portanto, incentivo indispensável para que essa entidade possa continuar a desenvolver seus trabalhos - sempre carente de meios - de modo a que essa associação possa pleitear recursos adicionais e, assim, continuar a desenvolver seu notável trabalho no auxílio às pessoas que, a cada dia, mais a procuram.

PROJETO DE LEI Nº 011/09
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Denomina um logradouro público estadual, de Dr. Moysés Paciornik.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 03/02/09.

(aa) NEY LEPREVOST, STEPHANES JÚNIOR, MARCELO RANGEL, DR. BATISTA, TERUO KATO, TADEU VENERI E ROSANE FERREIRA

JUSTIFICATIVA:

O médico curitibano Moysés Paciornik, faleceu no dia 26/12/08, ele estava com 94 anos e teve uma parada cardíaca após passar por uma cirurgia.

Paciornik nasceu em 04/10/14 em Curitiba e se formou em medicina na Universidade Federal do Paraná em 1938. Foram mais de 70 anos dedicados à profissão. Após a faculdade, especializou-se na área de Ginecologia e Obstetrícia e foi trabalhar no Hospital de Criança. Quinze anos depois fundou a Casa de Saúde Moysés Paciornik. Foi um dos pioneiros na luta contra o câncer ginecológico e ajudou a fundar o Centro Paranaense de Pesquisa Médicas, que estudava a doença. Também foi professor universitário e fundou na Universidade Federal do Paraná a cadeira de Higiene Pré-Natal, em 1952.

O paranaense Moysés Paciornik era um médico reconhecido internacionalmente por suas descobertas, na década de 70 ele percorreu o Sul do País e através de estudos científicos descobriu que as índias da tribo Cai-gangue tinham uma constituição física melhor que as mulheres da cidade, mesmo tendo mais filhos. Para ele, o estilo de vida moderno, com o repouso constante em bancos e cadeiras, causava mais envelhecimento e por isso as índias levavam vantagem quando o assunto era musculatura pélvica e boa saúde. Daí surgiu a defesa do parto de cócoras, em 1975.

Para o Presidente da Associação de Obstetrícia e Ginecologia do Paraná (Sogipa), Hélio Bertolozzi Soares, a morte de Moysés Paciornik representa uma perda irreparável para a Medicina paranaense. “O professor Moysés era uma pessoa brilhante, desde o campo médico até as Letras”, diz. “Ele sempre deixou uma grande lembrança por onde passou e, por isso, vai fazer muita falta.” Na última aparição pública, no dia 11 de dezembro, Moysés Paciornik foi o segundo paranaense da história a receber o Prêmio “Estado do Paraná”, concedido pela Assembléia Legislativa. Demonstrando muita lucidez e vestindo a inseparável gravata borboleta, o médico se lembrou do esforço do pai - um padeiro vindo da Polônia - para que ele pudesse se formar em medicina na UFPR. Em discurso no Plenário, Paciornik se disse um homem de sorte por nascer em Curitiba e fazer parte da história do Paraná. “Ainda me sinto bem para continuar contribuindo com o meu estado”, afirmou. “Quem sabe ainda consiga chegar aos 100 anos.”

Pequeno Expediente:

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

No Pequeno Expediente, com a palavra o Deputo Antonio Belinati.

Deputado Antonio Belinati (PP)

O SR. ANTONIO BELINATI

Sr. Presidente, membros da Mesa, Deputado Scanavaca, Douglas Fabrício, Deputados, Deputadas, membros da imprensa, visitantes, telespectadores que nos acompanham pela MERCOSUL e também TV SINAL.

Hoje nosso primeiro dia de trabalho do ano 2009 e praticamente a metade dos colegas ausentes aqui do Plenário. Evidente que a partir de hoje temos menos da metade do tempo para concluir o mandato e com a TV transmitindo, os paranaenses podem ter a oportunidade de acompanhar nosso trabalho, a presença, a ação dos Parlamentares.

Sr. Presidente, estamos encaminhando a V. Exa. para encaminhamento às comissões internas da Casa e depois para apreciação no Plenário de um projeto de lei de nossa autoria que, se aprovado, creio ser uma importante contribuição desta Casa aos trabalhadores e trabalhadoras. Trabalhadores que estão vivendo essa angústia, essa expectativa, essa interrogação: se vão dormir hoje e acordar amanhã com o emprego?

Agora os nobres vigilantes que desenvolvem um trabalho de grande risco estão em greve e estão corretos, porque os banqueiros assaltam o povo no dia a dia, você passou na porta do banco já está pagando alguma coisa. A televisão mostrava ontem como é o assalto desses bancos em cima da desgraça e da miséria do nosso povo. Chega a ter banco em nosso País, que cobra R\$ 9 para remover o cadastro do cliente, pedindo ou não pedindo, debitam na conta. Se não quiser renovar quando for pedir um papagaio ou um cheque especial eles vão negar, R\$ 9. No mesmo País tem banco que cobra, não R\$ 9, R\$ 800 para renovar o cadastro dos clientes! Então tem cliente que se suicida, tem que tomar calmante para dormir e o banqueiro está lá comendo lagosta, camarão, no seu iate, nas mordomias, cada um mais orgulhoso que o outro: “O banco aqui em três meses deu um bilhão e meio de lucro.” Outro diz que deu dois, três, a competição dos banqueiros em cima da desgraça do povo é um cima de bilhões, eles não trabalham com milhões, milhões é quebradinho, dinheiro pequeno para eles! E o que é que o Governo faz? Nada! Saiu na imprensa nacional, que em pleno momento de crise os bancos brasileiros continuam aumentando o lucro deles, lucros bilionários!

Por isso estou aqui para apoiar os vigilantes sim! Banqueiro tem que pagar bem os funcionários, os bancários. Tem que pagar bem as empresas que prestam serviços na área de vigilância porque o vigilante trabalha não para o banco, mas para as empresas terceirizadas e essa empresa também tem o dever, a obrigação de repartir o pão, o pão deveria começar a ser repartido começando pelo banqueiro, depois pela empresa terceirizada pagando bem aquele que trabalha num serviço perigoso que é o serviço de vigilância!

Diante dessa mania que virou agora no mundo, parece que enquanto os bancos competem para ver qual deu mais bilhões de lucro, tem uma outra competição agora de quem demite mais empregados. Sai o Bill Gates de lá: “Vou demitir 6 mil.” A rede Peixes, loja de departamento: “Vamos demitir 7 mil”, a Casa Radio, tem no Rio, tem nos grandes centros, 3 mil numa pancada só, Mais uma vez, quem é que vai pagar a conta dessa crise? É a classe trabalhadora.

Sr. Presidente, quanto ao empresário que não recebe incentivo fiscal, não recebeu dinheiro público, nós praticamente não podemos fazer nada como Deputado, a não ser pedirmos que Deus toque o coração desses empresários para que não degolem com tanta facilidade, como eles estão fazendo com os seus trabalhadores e trabalhadoras. Que parem um pouco com essa onda de demissão. Mas, o empresário que engordou o seu patrimônio, comprou Mercedes, Audi, Ferrari, engordou seu patrimônio recebendo dinheiro público, que é dinheiro do povo, para instalar indústria no Paraná, para ampliar a empresa, e sempre eles têm como fundo de pano aquele velho e manjado discurso: que é preciso incentivo fiscal para poder gerar emprego, porque com aquele dinheiro que vão pegar do Governo eles aumentarão mais 500 postos de trabalho, mais 800, mais mil, e lá vai o dinheiro do Governo, inclusive aqui no Paraná.

Então, queremos fazer um apelo desde já aos membros da Comissão de Justiça, aos membros da Comissão de Finanças, ao Plenário desta Casa para que aprove o nosso projeto que é simples, é um projeto que não fala nada de bonito, ele é apenas objetivo e social: é um projeto que proíbe aos empresários do Paraná, que receberam ou estão recebendo dinheiro público a título de incentivo fiscal, que esses empresários - se o nosso projeto for aprovado - ficarão proibidos de demitir funcionários pelo prazo mínimo de um ano. O nosso projeto estabelece, ele é aprovado e sancionado pelo Sr. Governador que todo empresário que encheu o bolso, comprou fazenda, comprou iate, foi passear na Europa com dinheiro que levantou dos cofres públicos do Paraná, esse empresário terá que ser fiscalizado, e o mesmo número de postos de trabalho que a empresa tinha em 1º de janeiro deste ano ele terá que manter esses mesmos empregos, esses mesmos postos de trabalho.

Caso contrário o que estabelece, o que determina o nosso projeto? Se for fiscalizado e detectado que o empresário está pegando dinheiro, está levando dinheiro que é do povo do Paraná e não está gerando emprego, ou está contribuindo para agravar a crise social, se ele reduzir os postos de trabalho, que esse empresário devolva no prazo máximo de 90 dias, todo centavo, todo dinheiro, todos os milhões, todos os recursos que ele recebeu dos cofres públicos aplicando-se a devida correção inflacionária do nosso País.

Creio, Presidente Nelson Justus, que é o único caminho para darmos uma contribuição desse Poder e

dessa Casa para a classe trabalhadora. Fico imaginando o povo que trabalha, uma boa parte está pendurado em banco, financeira, agiota, em todo tipo de dívida, trabalhando, passando dificuldades, alguns até sem dinheiro para pagar a conta de luz, telefone, água, ou comprar um remédio; imagine esse trabalhador trabalhando, Sr. José, ele já atravessa, Cleonir, dificuldade, agora imagine se ele tem uma família para sustentar e se de repente ele chega de manhã na empresa, e o mal empresário querendo fazer fortuna, querendo aumentar a sua riqueza, joga na rua esse trabalhador.

Então, em respeito aos nossos trabalhadores do Paraná é que nós estamos, num ato de contribuição social aos nossos trabalhadores do Paraná e acreditando até que é uma contribuição para o nosso País, é um primeiro caminho para se dar um basta nessa onda, e que eu diria: está virando mania de demitir o empregado, jogando sempre no lombo do trabalhador os efeitos dessa crise, que o empregado possa ser respeitado e que o patrão de vaca gorda, faz fortuna, engorda o patrimônio, e que agora no momento de crise ele seja sensível, seja respeitoso com a classe trabalhadora e que esses empresários possam dar esta contribuição humana, garantindo como determina o nosso projeto pelo menos pelo prazo de um ano o emprego que é tão necessário para cada cidadão que habita o nosso Paraná e o nosso País.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Próximo orador inscrito no Pequeno Expediente, Deputado Péricles de Mello.

Deputado Péricles de Mello (PT)

O SR. PÉRICLES DE MELLO

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, subo nesta tribuna hoje na condição de Líder do Partido dos Trabalhadores para manifestar a minha alegria e a alegria da nossa Bancada de estarmos recebendo o professor José Rodrigues Lemos como Deputado do Estado do Paraná. Cumprimento todos os dirigentes da APP-Sindicato, a Sra. Marlei, Presidente, os demais dirigentes que vem prestigiar a posse do Professor Lemos, destaco também a presença da Presidente da APP-Estadual, nossa companheira Gleisi, também do Prefeito João Costa, Prefeito reeleito do nosso partido.

Interessante, Professor Lemos que o senhor assuma a cadeira de Deputado num dia em que grandes conquistas foram alcançadas pelos professores, pelos funcionários da rede pública. O Governador Roberto Requião anunciou hoje na escola do Governo decreto consolidando aposentadoria dos Diretores e pedagogos, uma luta histórica de muitos e muitos anos encampada pela APP-Sindicato, por todas as organizações dos professores e também por esta Casa, através de uma emenda da Deputada Cida Borghetti, que eu, como outros Deputados, assinamos juntos. Infelizmente a Casa não pôde

votar, mas em função de uma definição federal o Governador hoje define essa conquista importantíssima para os Diretores e pedagogos.

Além disso, uma outra reivindicação história da APP-Sindicato, a dobra. A partir de agora o professor do Paraná que passar num concurso de padrão de 20 horas pode chegar a 40 horas sem precisar de outro concurso; e aquele que tem dois concursos, um com 20 anos de trabalho e outro com 10 anos, ele vai anular um dos concursos e vai garantir o período mais antigo para todo padrão de 40 horas. Essa conquista tem que ser aplaudida por todos nós. É muito importante, que nesse momento o Professor Lemos, que dedicou a sua vida à organização sindical, iniciando na Região Oeste do Paraná, percorrendo praticamente todas as cidades com os demais militantes e dirigentes da APP.

Acabamos de receber notícia pelo telefone, que o Presidente Lula alcança na pesquisa Sensos a melhor avaliação, talvez da história do Brasil, claro que um período histórico muito anterior não existia pesquisa, mas desde que existe pesquisa nunca um Governante no Brasil atingiu 84% na avaliação positiva do Governo, do Presidente e 72,5% avaliação positiva pessoal do Presidente. Isso nunca aconteceu no nosso Brasil. Significa que alguma coisa está mudando lá nas profundezas do Brasil, coisas que as vezes não acontecem a primeira vista, porque são mudanças estruturantes. A população sente intuitivamente, apesar de uma mídia majoritariamente contra a visão de mundo do Presidente. Lá no Brasil profundo, as pessoas percebem intuitivamente que uma mudança está acontecendo. Ao mesmo tempo o Presidente anuncia que em 10 dias está lançando um plano de construção de 500 mil casas populares para fazer frente a esta crise que nos abate.

Queria encerrar, enaltecendo a posse do Professor Lemos já que o Professor Luizão também foi eleito Prefeito de Pinhais outro militante da APP, do nosso partido. Queria fazer um elogio a APP, acho que a APP é um exemplo de sindicato não só no País mas no mundo. No exemplo da APP-Sindicato é que os trabalhadores tem que se mirar, nesse momento de crise profunda que abala o mundo todo. Crise do capital fictício, da especulação. E quem sente a crise real são os trabalhadores. A crise também é o momento em que as forças sociais se articulam, é o momento em que o mundo o trabalho talvez possa se fortalecer, os laços de solidariedade dos trabalhadores não só nacionais, mas internacionais devam se consolidar e se fortalecer, para fazer frente a essa grande crise mundial do sistema capitalista e basicamente do capital financeiro e do capital especulativo.

Parabéns Professor Lemos, parabéns a APP e vamos todos continuar lutando pelo bem da Educação do povo do Paraná.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Próximo orador inscrito Sr. Deputado Stephanes Júnior.

Deputado Stephanes Júnior (PMDB)

O SR. STEPHANES JÚNIOR

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados. Quero também cumprimentar o Superintendente da EMBRAPA no Paraná, que também se faz presente com mais alguns funcionários desta importante empresa.

O tema que traz hoje à tribuna, é um tema que julgo que os Parlamentares tem que abordar. Temos questões importantes acontecendo no Brasil, no mundo e no Paraná. Esse é a nível de Brasil, se trata da não extração do Cesário Batisti. Acompanhei o ano passado quando dois pugilistas cubanos, pediram para serem declarados exilados políticos no Brasil, porque eles não tem liberdade em Cuba, não tem como praticar o seu esporte e se voltassem eles disseram que iriam quebrar coco no interior da ilha. O Governo brasileiro na surdina autorizou um avião da Venezuela, do Hugo Chaves a vir ao Brasil, colocou os dois cubanos dentro e mandou de volta, porque Fidel Castro para algumas pessoas é um exemplo. Na verdade, ele não passa de um ditador que prejudica centenas e milhares de pessoas. O que aconteceu? Esses pugilistas foram proibidos de lutar no seu país e ficaram prisioneiros em Cuba. Um deles conseguiu fugir essa semana de lancha e, agora parece que está na Alemanha, que era o bicampeão olímpico e o bicampeão mundial, o Guilhermino Vingodeski. O Erislan de Lara continua na Ilha.

Ou seja, tiveram um peso para esses dois pugilistas que são pessoas de bem, um de 26 anos e o outro de 24 anos e outro peso para alguém que assassinou quatro pessoas com uma bomba, com tiros, que foi condenado no seu País, que foi considerado um assassino e um exilado político. Quando a lei brasileira diz que a anistia se considera a alguém possível de ser exilado político, a perseguição política para um cidadão.

Você acha que na Itália democrática há mais perseguição a alguém do que na Cuba ditadora? É claro que não. O que aconteceu? Dois pesos e duas medidas. Os dois cubanos voltaram para a ilha. Ficaram quebrando coco no interior da ilha. Proibidos de lutar. Um deles fugiu ontem. O assassino está para ser solto no Brasil, como exilado político vivendo normalmente.

Ou seja, tudo errado. É um absurdo o que se fizeram nessas situações, dos dois pugilistas, assim como desse senhor chamado Cesário Batisti.

Acho que o Ministro Tarso Genro errou feio. Não sei se os militantes do PT irão concordar com isso, mas é um absurdo. O primeiro Presidente do Brasil foi Prudente de Moraes, acho que depois dele estão sendo "Imprudentes de Moraes". É absurdo o que foi feito. Da mesma forma acho que o PT não quer nem socialismo e nem democracia, eles querem autoritarismo com liberalismo econômico, o modelo chinês.

Quero lamentar a atitude do Ministro Tarso Genro e do PT.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Próximo orador inscrito o Deputado Fernando Scanavaca.

Deputado Fernando Scanavaca (PDT)

O SR. FERNANDO SCANAVACA

(Lê):

"Sr. Presidente, Sr. Secretário, Sras. Deputadas e Srs. Deputados.

Assim como já foi para todos os que ocupam cadeira nesta Casa, este é um momento especial para mim, para minha família e para os eleitores que acreditaram nas minhas propostas. Especial pela fato de que início, efetivamente, neste momento, uma nova fase na minha trajetória política, iniciada em 1996, quando participei pela primeira vez de uma campanha eleitoral e fui eleito Prefeito de Umuarama. Ocupei esse cargo por oito anos seguidos e, acredito, contribuí para alavancar o desenvolvimento do meu município e da minha região.

Enquanto Prefeito de Umuarama, tive a oportunidade de conviver com experientes políticos e, acima disso, com administradores públicos competentes, com os quais aprendi lições que muito me ajudaram e me ajudam a traçar um caminho para a minha ação como político. Aprendi, por exemplo, a valorizar a atuação parlamentar, em todas as suas esferas. E faço questão de registrar a minha gratidão a esta Assembleia Legislativa, pela atenção que recebi nos meus oito anos como Prefeito de Umuarama, período em que, também, exerci por duas gestões, a presidência da Associação dos Municípios de Entre Rios - a AMERIOS.

Quero afirmar aqui, que venho somar esforços em defesa de uma região de 105 Municípios que integram a Região do Arenito Caiuá. Ali foi estabelecida a nova fronteira agrícola do Paraná, cuja exploração adequada ainda é incipiente, apesar dos esforços dos institutos de pesquisas e das cooperativas de produtores.

Tivemos a felicidade de iniciarmos um trabalho voltado para o resgate do perfil econômico regional, ao implantarmos em Umuarama o Programa de Arrendamento de Terras, o PATER pelo qual promovemos a integração lavoura-pecuária, introduzindo o plantio de grãos em solo arenoso que predomina no Noroeste. A nossa iniciativa atraiu a atenção dos pesquisados e levou o Estado a reconhecer a nossa iniciativa, já que o PATER extrapolou as fronteiras municipais.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, chego a Assembleia Legislativa ocupando a vaga de um extraordinário Parlamentar. O Deputado Edgar Bueno, agora ocupando o cargo de Prefeito de Cascavel terá em mim um dos seus interlocutores, ou seja, vou procurar atuar a altura do seu trabalho nesta Casa, para defender os interesses do seu Município e da Região Oeste. Não vou ocupar, jamais teria essa pretensão, lugar de ninguém. Quero, na realidade, como substituto de Edgar Bueno, somar meu voto em favor dos projetos de interesse daquela Região.

Aos meus Pares, digo que quero aprender para poder somar em benefício da Assembleia Legislativa. Quero honrar a tradição deste Poder, que tem sido fundamental para o fortalecimento do Paraná. Também acredito que, com a experiência adquirida na minha curta, porém rica trajetória política, darei alguma contribuição na atuação legislativa.

Sr. Presidente, nobres Pares. Peço permissão para agradecer. Primeiro a minha esposa e meus filhos; aos meus pais e irmãos. Sem o apoio e a compreensão deles a trajetória teria sido mais difícil, senão inconclusa. Aos amigos, aos companheiros que sempre estiveram ao meu lado, em todos os momentos, o meu reconhecimento. Ao meu partido, o PDT, que sempre acreditou no meu potencial eleitoral e em minha postura partidária. Ao Senador Osmar Dias, companheiro de todas as horas, já de longa data, quando ainda pertencíamos a partidos diferentes, porém já existindo uma afinidade ideológica, reitero meu compromisso político e pessoal de trilhar o mesmo caminho. Não posso deixar de agradecer aos eleitores e, principalmente as lideranças políticas da minha região, aquelas que, mesmo diante de inúmeras dificuldades, abraçaram a nossa campanha, dois anos atrás. Meu muito obrigado a todas essas pessoas, as quais continuarão ao nosso lado, nos apoiando, acreditando no nosso trabalho.

Neste momento, quero me dirigir especialmente a Umuarama, Cidade que me recebeu de braços abertos. Ali, a Capital da Amizade, fiz-me amigo de toda aquela gente que trabalha, que luta por emprego, que ri e que chora, e que, em qualquer circunstância, sempre tem um abraço e um afago para quem se aproxima. Ao Prefeito desta minha Cidade, Moacir Silva, correligionário do PDT, reiteramos o apoio da campanha de 2008. E para atender aos pleitos da minha Cidade, do meu Prefeito, dos meus Vereadores e de toda a população, vou rogar o apoio desta Assembleia Legislativa que, com muita honra, passo a integrar a partir de agora.

Muito obrigado e que Deus proteja todos nós.”

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Seja bem-vindo a esta Casa, Deputado Scanavaca. Tenho certeza que a região que V. Exa. representa será muito representada aqui neste Plenário. Pode contar sempre com nosso apoio e seja bem-vindo!

O SR. TADEU VENERI (PT)

Pela ordem, Sr. Presidente.

(Assentimento)

Sr. Presidente, apenas para fazer o registro que estamos recebendo hoje aqui uma comissão de mulheres gestantes, que fazem uma solicitação à sua sensibilidade e à sensibilidade dos Deputados, para que possamos votar o mais rapidamente uma PEC de nº 174/07, de autoria do Deputado Elton Welter e Deputada Luciana Rafagnin. Sendo que até eu comentava, que espero que não tenhamos que, após os 90 dias - se não for aprovada

a PEC - cuidar dessas crianças, que como o senhor pode ver são várias e certamente há muitas outras.

Então, Sr. Presidente, em nome dessa comissão que estou registrando, espero que neste semestre possamos votar essa PEC. Era esse o registro, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Sejam bem-vindas as gestantes! Desejo felicidades às crianças que vêm por aí!

Com a palavra o Deputado Elio Rusch.

Deputado Elio Rusch (DEM)

O SR. ELIO RUSCH

Sr. Presidente, Deputado Nelson Justus, Sras. e Srs. Deputados, prezados paranaenses que prestigiam a Sessão de hoje.

Antes de mais nada, gostaria de cumprimentar dois Parlamentares que estão estreando hoje: o Professor Lemos, que assume a cadeira do Deputado Enio Verri, que retornou e voltou para a Secretaria de Planejamento, sendo que com certeza teremos a presença de V. Exa. aqui no plenário até março do próximo ano, quando Verri, se disputar a eleição, retornará a esta Casa. E da mesma forma gostaria de cumprimentar, de uma forma muito especial, o Deputado Fernando Scanavaca, de Umuarama, que assume a cadeira definitiva, deixada pelo Deputado e hoje Prefeito Edgar Bueno, de Cascavel.

Conheço o Scanavaca há muito tempo, o seu trabalho na vida pública e lhe desejo todo o sucesso nessa sua nova jornada, agora no Legislativo e não no Executivo. Sucesso para ti e com toda certeza a Região de Umuarama estará muito bem representada na sua pessoa, como também o Oeste do Paraná e o Paraná ganham com a presença desses dois Parlamentares. O Professor Lemos tem a sua origem lá no Oeste, na Cidade de Santa Lúcia, e em outras Cidades do Oeste do nosso Estado, ele que tem presidido nos últimos tempos a APP-Sindicato no Estado do Paraná. Aos dois Deputados as nossas boas-vindas e sucesso é o que desejamos, juntamente com os demais 52 Parlamentares que reiniciam os trabalhos agora em 2009.

Com toda certeza, diversos debates deverão surgir neste ano e não poderia ser diferente, porque é um ano que antecede as eleições estaduais, quando os eleitores - no próximo ano - irão eleger o novo Presidente da República, Governadores, Senadores, Deputados Federais e Deputados Estaduais. Então, como este ano antecede o ano eleitoral, com toda a certeza o clima aqui na Assembleia Legislativa, por muitas vezes, poderá se tornar mais caloroso e com toda certeza muitos debates surgirão durante o transcorrer do ano, mas a nossa esperança é que todos os debates sejam em torno do Estado do Paraná e para o nosso desenvolvimento, porque quanto melhor for o Paraná, melhor para os seus habitantes, ou seja, os paranaenses.

É isso que desejamos a todos. Esse é o nosso desejo, que o Paraná, o Parlamento e também o Executivo possam trabalhar em favor do desenvolvimento sócioeconômico do nosso Estado em todas as atividades. Aliás, por falar em desenvolvimento, ontem tivemos a presença do Governador Roberto Requião, como é de praxe e como constitucionalmente sempre é feito: vem o Governador no início dos trabalhos do ano fazer a sua prestação de contas. E ele fez ontem, na verdade, o que classifiquei e qualifico como o pronunciamento de um economista que, primeiro analisou a economia mundial, depois veio para o Brasil e, finalmente veio para o Estado do Paraná.

A conclusão que cheguei com o pronunciamento do Governador Roberto Requião que temos dois Paraná. Um Paraná do Governador e outro o Paraná real.

O Paraná do Governador tem mais de 8 mil quilômetros de estradas recuperadas. Pelo menos na minha Região Oeste do Estado as rodovias estaduais, quase todas, estão em precárias condições. Tenho certeza que isso se registra em outras regiões do Paraná. Mas para o Governador as estradas estão perfeitas. Para o Governador há vagas no sistema penitenciário. Para mim e para o Paraná real os presídios, quase na sua totalidade, estão superlotados. Para o Governador a Saúde está perfeita. Para o Paraná real a Saúde carece de investimentos. Pessoas morrendo ainda por falta de UTI. Pelo pronunciamento feito pelo Governador Roberto Requião ontem, o Paraná está às maravilhas.

Mas, o que tem me chamado à atenção e o que choca profundamente o cidadão paranaense é a questão da Segurança. Foi um tema não abordado ontem pelo Governador Roberto Requião. A Segurança Pública é uma necessidade premente. Se faz necessário que o Governador do Estado junto com o Governo Federal tomem as providências necessárias.

Aqui desta tribuna, tantos os Deputados da Oposição quanto os da base do Governo, tem se manifestado, inúmeras vezes, em relação à Segurança do nosso Estado. O que lemos no dia a dia é que a Segurança está um caos.

Temos que ser realistas, não é só no Estado do Paraná. É em outros Estados e em outros países também. Não podemos ficar de braços cruzados.

Há anos nos manifestamos aqui desta tribuna em relação à construção do presídio de segurança máxima construído em Catanduvas, Oeste do Estado. No Oeste do Estado a sociedade organizada se mobilizou contra a construção do presídio naquela região. Dizíamos aqui para que cada Estado cuide dos seus presos. Esse presídio iria trazer para o nosso Estado os criminosos da mais alta periculosidade. E não foi diferente. Quem veio para o Paraná? Nada mais, nada menos que Fernandinho Beiramar e outros criminosos.

Lógico que, junto com esses bandidos que ficam andando de um presídio para outro, e quem paga a conta é o povo, mas o Paraná serve sim de depósito para os criminosos da mais alta periculosidade. E junto com os criminosos vêm quem? Vêm seus familiares, vêm as facções. Aliás

isso já falamos desta tribuna e V. Exa., Deputado Rossoni, também se manifestou. O Deputado Ribas Carli, que hoje é Prefeito de Guarapuava também se manifestou, entre tantos outros Deputados ainda na legislatura passada.

Passa a usar o horário da Liderança do DEM

Nós dizíamos, naquela época: “Olhem, a construção do presídio de segurança máxima, virão as facções criminosas do Brasil inteiro para Região Oeste.” Hoje, lamentavelmente, devo usar a tribuna e discorrer que, por coincidência ou não, depois da construção desse presídio na Cidade de Catanduvas, os crimes mais hediondos aconteceram após a inauguração desse presídio. Vamos registrar dois fatos. Em Guaíra, no mês de agosto, uma chacina em que 15 pessoas foram mortas, entre elas crianças, entre elas pessoas inocentes que estavam trabalhando naquele local, mas motivado pelo crime organizado, pelo contrabando, pelas drogas e pelos armamentos. Ora, sobre esse crime de Guaíra, muitas vezes, os Deputados e a imprensa no Paraná inteiro, no Brasil inteiro e no mundo têm se manifestado.

Quero discorrer sobre um outro fato que aconteceu, no último dia 24, na minha Cidade de Marechal Cândido Rondon. Srs. Deputados, quantas vezes nos manifestamos e falamos que os Governos teriam que dar um tratamento diferenciado na Região Oeste, entre Foz do Iguaçu e Guaíra. Todo mundo sabe que o Brasil não produz e não fabrica essas armas usadas pelo crime organizado. Todo mundo sabe que as drogas não são fabricadas e a maconha não é fabricada no Brasil, ela vem pelas divisas. Por que o Governo não consegue pôr uma fiscalização mais efetiva nas nossas divisas?

Ora, Srs. Deputados, Deputado Dobrandino, nós falamos a V. Exa., antes deste pronunciamento, quando o Governo, por meio da Polícia Federal, da Receita Federal, faz uma operação padrão em Foz do Iguaçu, para onde é que vão os criminosos? No Lago de Itaipu. Quando se faz uma operação na ponte de Guaíra, para onde é que vão os criminosos? No Lago de Itaipu. Quando se faz uma operação ao longo do Lago de Itaipu se noticia pela imprensa: “Olha, a partir do dia tal estará uma operação especial operando na Região Oeste do Paraná.” Para onde é que eles vão? Para o Mato Grosso, na divisa seca de Mato Grosso com o Paraguai. Aí é que digo: Os Governos Estaduais e o Governo Federal têm que tomar uma medida, porque as drogas vêm pelas fronteiras.

O que aconteceu no dia 24? Srs. Deputados, eu devo relatar aqui na Assembleia, porque o Delegado que estava cuidando deste caso, Delegado especial da Cidade de Cascavel, Delegado Donizete Botelho, junto com o Delegado Júlio Reis e, também, com o Delegado Ari, da Cidade de Marechal Cândido Rondon, conseguiram desvendar esse crime. Ontem, eles deram uma coletiva e nararam como aconteceu esse crime bárbaro, na minha Cidade de Marechal Cândido Rondon.

Dia 24, por volta das 15h, um policial da Polícia Militar, que envergonha a corporação, como os próprios policiais estão dizendo, esse policial ligou para um senhor na cidade de Pato Bragado e disse: “Venha para a Cidade de Marechal.” Esse senhor de Pato Bragado, conhecido como Mano, cujo nome é Euclides Henrico Henzer, foi para a Cidade de Marechal Cândido Rondon, Deputado Plauto, e levou junto sua filha de 12 anos e seu sobrinho de dois anos. Quando esse Mano entrou na casa do policial, foi morto. Quando o policial foi sair e consumir com o carro do Mano, ele encontrou duas crianças no interior do carro, uma de dois anos e outra de 12 anos. O que esse policial fez? Ele que está envolvido no crime, na organização criminosa. O que ele fez? Pegou sua arma com silenciador e disparou um tiro na testa da criança de dois anos e outro tiro na cabeça da criança de 12 anos. A Cidade toda está chocada, a região toda está chocada diante desse crime.

Agora, quem vamos culpar? Não vamos ser levianos, Srs. Deputados, de culpar o Governo, este ou aquele, mas devemos, sim, como eu disse inúmeras e inúmeras vezes, dar um tratamento diferenciado à Região Oeste do Paraná, porque o crime está estabelecido lá e não se faz nada. O Governo Federal tem responsabilidade. O Governo Estadual tem responsabilidade.

Hoje os nossos agricultores da Região Oeste estão sendo envolvidos, para servirem como depósito dos produtos contrabandeados. E o que passa pelo Lago de Itaipu? É a droga, é o armamento, é o contrabando. E nada se faz. Não sou especialista em segurança, mas sabemos que existem, tantos equipamentos hoje. Será que é tão difícil a Secretaria de Segurança Pública, através da Polícia Militar, junto com o Governo Federal, com a Receita Federal, com a Polícia Federal, com a Marinha, com o Exército, que construíram o Centro de Inteligência, que no Governo anterior a este que aqui está, já pediram, a Prefeitura de Marechal Cândido Rondon, de ter colocado um lote a disposição para instalar o Centro de Inteligência englobando todas essas entidades e tantas outras, para fazer com que o Oeste do Paraná tivesse um tratamento diferenciado.

Porque de nada adianta fazer, combater o crime lá nos morros no Rio de Janeiro, em São Paulo, em Belo Horizonte, aqui em Curitiba, nos grandes centros, se deixarmos as nossas fronteiras livres! A nossa fronteira está livre, seja pelo Lago de Itaipu, seja pela divisa seca. É lá que entram as armas. É lá que entram as drogas. É lá que está o tráfico. Por que os Governo não tomam as medidas? Lamentavelmente, nesses últimos meses, nessas últimas semanas, dois crimes inconcebíveis aconteceram, e por que isso? Acerto de contas. Acerto de contas entre os próprios integrantes das quadrilhas e das facções. É contra isso que temos que lutar.

Espero que o Governador Roberto Requião, que é um homem sério, acredito que é um homem sério, sim, faça com que o Governo Federal, e ele junto, em parceria, devolva a calma, a tranquilidade ao Oeste do Paraná. Os

nossos agricultores querem apenas produzir. O Oeste é um região rica que quer trabalhar, quer fazer com que o Paraná cresça cada vez mais, mas os nossos agricultores são assaltados. Os assaltos, os roubos de carros são frequentes, quase que diariamente, e nada se faz. Quer dizer, falta de policiamento. Cidades que tem Comarca, lamentavelmente, andam sem Delegados no Oeste do Paraná, Municípios lindeiros ao Lado de Itaipu. E o Secretário de Segurança Pública, tenho certeza, sabe de que Município estou falando. Cidade, Município que tem Comarca não é possível que seja atendido por um Delegado de outra Cidade.

Ora, quando vamos nos conscientizar disso. Quando aprovamos, aqui, nesta Casa, no Governo passado ainda, uma lei, e se tornou lei, de se construir, instalar o batalhão na fronteira no Oeste do Paraná em um dos Municípios lindeiros ao lago. Não se faz nada ainda.

Concedo um aparte ao Deputado Douglas Fabrício.

O Sr. Douglas Fabrício (PPS) (Aparte)

Deputado Elio Rusch, V. Exa. tem toda a razão com esse tema que está abordando, a questão da Segurança Pública no Estado do Paraná. Claro, que é um problema grave, como V. Exa. já falou, é um problema nacional, mas temos que nos preocupar com o Paraná.

Infelizmente, as notícias que tenho da minha região com relação à Segurança Pública também não são animadoras, elas parecem com a região de V. Exa. Só para pegar alguns dados: no ano passado só em Campo Mourão, que é uma Cidade de apenas 90 mil habitantes, para dar um número redondo, assassinaram mais de 30 pessoas, dentre as quais pessoas humildes, pessoas trabalhadoras. Vou destacar aqui um caso de um pequeno empresário que, na sua empresa trabalhando, chegaram os assaltantes, os assassinos, e renderam as pessoas no final da tarde e deram um tiro na cabeça do empresário. Um empresário daqueles que não tinha problema com ninguém.

E até hoje foram punidas, não foram encontrados os assassinos. O empresário morreu. Apenas em Campo Mourão já mataram quatro pessoas.

Na semana passada tivemos a posse do novo Comandante da Polícia Militar, em Campo Mourão. Prestigiei, mas não tive a oportunidade de me pronunciar. Aqui na Assembléia vou me pronunciar. Aproveitando o seu discurso, dizer que em Campo Mourão e região é um caos a Segurança Pública. Faltam mais de 100 policiais para atender a região, que não foram contratados - é uma deficiência. Faltam viaturas, é uma dificuldade para perseguir um bandido. Ouvi isso de policiais militares que estavam nesse evento. As delegacias e os presídios estão superlotados.

Destaco o Município de Araruna, que é pequeno também. Inclusive, tem mulheres presas juntas com os homens, em algumas situações, segundo ouvi dizerem. É muito grave o problema na Segurança e não é por falta de falar. Por várias vezes já disse nesta tribuna.

Além das delegacias superlotadas, com dificuldades, falta estrutura para a Polícia Militar. Está pior ainda na Polícia Civil. Estive visitando a delegacia de Campo Mourão um dia desses. Fui lá para perceber a situação, fazer um documento e não como Deputado. A situação é precária e chega a chover dentro de algumas instalações.

O Governo vem aqui e retrata o mundo, na hora da sua prestação de contas, como se estivéssemos vivendo na Suíça. Não é a realidade. Para se ter uma idéia, em Curitiba, nesse final de semana, assassinaram mais de 50 pessoas. Estamos vivendo neste caos.

O Deputado está aqui para cobrar. Deputado não é só para ir lá e entregar ambulância ou viatura. É para cobrar ações do Governo, para que melhore a vida dos paranaenses.

Muito obrigado pela oportunidade.

O SR. ELIO RUSCH (DEM)

Concedo um aparte ao Deputado Plauto.

O Sr. Plauto Miró (DEM)

Deputado Elio Rusch, ouço com muita atenção o seu pronunciamento, que é uma preocupação da população do Estado do Paraná.

No final do ano passado, no mês de dezembro, fui convocado pela Sociedade Rural dos Campos Gerais e também pelo Sindicato Rural de Ponta Grossa, onde em uma grande reunião vários produtores rurais e dirigentes dessas entidades traziam um problema sério, que passou a existir dentro do campo: o roubo das propriedades rurais. Estão roubando equipamentos agrícolas, estão furtando defensivos agrícolas, estão havendo assassinatos de moradores, de donos de propriedades lá no interior do Município. Não existe mais segurança.

Na discussão estavam presentes representantes da Polícia Rodoviária Federal, da Polícia Militar do Estado do Paraná, pessoas ligadas a P-2, a Polícia que faz as investigações. Eles ali deixavam claro que o crime avançou, porque aquela Patrulha Rural que existia no passado, deixou de receber incentivos por parte do Governo. Patrulha Rural era uma viatura nova, em boas condições, onde policiais equipados faziam periodicamente uma ronda, no interior dos Municípios, para proteger o pequeno, o médio e o grande produtor, que produzem no interior de cada um dos Municípios do nosso Estado do Paraná. Ele colocava que hoje a estrutura dessa patrulha não existe mais. Ela foi usada, naturalmente, desgastada, e não recebeu investimentos por parte do Governo do Estado do Paraná, da Secretaria da Segurança Pública e naturalmente o trabalho dessa patrulha deixou de existir. Os próprios representantes da área de Segurança Pública nessa reunião diziam para os produtores ajudarem, se unirem para tentar ajudar o trabalho da Polícia. Eles mesmos diziam que é precário por falta de equipamento e principalmente por falta de contingente. Está diminuindo o número de policiais dentro do Batalhão da Polícia Militar e também da Polícia Civil.

Sabemos que os representantes do Governo aqui vão dizer que concursos públicos estão sendo feitos e policiais estão sendo contratados, só que eles esquecem de dizer que policiais se aposentam, saem, pedem a conta para trabalhar em outras áreas melhor remuneradas. Naturalmente, está ficando um déficit grande de policiais onde, infelizmente, a Polícia acaba não tendo condições de trabalhar como desejamos e queremos. Faltam sim, por parte do Governo do Estado, do Secretário da Segurança Pública do Estado do Paraná, incentivos, mais investimentos na Polícia. Sem investimentos a Polícia não consegue combater o crime, que avança rapidamente.

Agradeço o seu aparte.

O SR. ELIO RUSCH (DEM)

Cedo aparte ao Deputado Elton Welter.

O Sr. Elton Welter (PT)

Queria falar várias questões que acho imprescindíveis. Estamos num momento histórico com a posse dos novos Prefeitos. É de praxe os Prefeitos e autoridades locais remeterem toda a responsabilidade da segurança ao Estado. Entendo que é dever local também, principalmente em Cidades pólos onde tem batalhões de Polícias.

É necessário fundamentalmente articular com o Conselho da Comunidade, com o Conselho da Segurança, com o Ministério Público, com o Comando da Polícia Militar, o Comando da Polícia Civil, reuniões permanentes e identificar ações para fazer políticas públicas preventivas para a juventude. Na minha cidade foram assassinados perto de 70 meninos e meninas, de 18, 17, 20 anos. Todos envolvidos com tráfico de drogas. Só ações preventivas e políticas locais envolvendo a sociedade organizada.

Lá na Região Oeste, Deputado Elio Rusch, virá uma mensagem nos próximos dias, instalando a Companhia de Fronteira, que vai ser na Cidade de Guaíra. Terá ações permanentes por água. Inclusive o Comando da Polícia foi buscar aperfeiçoamento técnico fora do País para agir.

Então, lamentamos as vítimas, infelizmente é grave a situação, mas ações estão sendo feitas. Que com a equipe voltada para atuar exatamente no lago, possamos evitar o tráfico de armas, de drogas e tantas outras questões que passam pelo Lago de Itaipu.

O SR. ELIO RUSCH (DEM)

Agradeço, Deputado, mas só para corrigir, com todo o respeito que devoto a V. Exa., poder de Polícia só tem o Estado e o Governo Federal. Municípios, constitucionalmente, não têm. Desculpe-me, mas é dever do Estado e do Governo Federal. Acredito que todos os Municípios estejam colaborando com a segurança, com pessoas na delegacia, seja com gasolina, através do Conselho de Segurança. Os Municípios estão fazendo a sua parte. É necessário, os

Governos Estaduais e o Governo Federal têm que buscar essa parceria, sim. Essa sintonia tem que existir para coibir, para proibir, para proteger as nossas fronteiras, porque é pelas fronteiras que entra o grande armamento.

Concedo aparte ao Deputado Caíto Quintana.

O Sr. Caíto Quintana (PMDB)

Deputado, vejo a preocupação de V. Exa., até porque somos vizinhos de região, pertinente.

O que eu acho, Deputado, é que precisamos fortalecer a idéia de que Segurança Pública hoje não é apenas responsabilidade do Estado. E quando falo Estado não é o Estado do Paraná, eu falo Poder Público, Estado Federativo, porque se não unirmos a sociedade com os órgãos de Segurança não vamos vencer o crime.

Hoje, note V. Exa., aproximadamente 70% do tóxico apreendido na entrada do Brasil foi no Estado do Paraná, porque nós, lamentavelmente, por algumas fronteiras que temos, somos a porta de passagem desse tóxico, e o Lago de Itaipu é enorme para ser vigiado.

Acho que nós teríamos que ter o envolvimento, sim, do Exército Nacional, porque proteção de divisa inclusive está dentro das responsabilidades do Exército Nacional. Eu ouvi o Deputado Welter falando da instalação de um pelotão, mas o Exército de Foz do Iguaçu podia participar disso também.

O que quero dizer para V. Exa. é que o crime está avançando no Brasil e no mundo. Um assalto de ônibus é imprevisível, mas graças a Deus o Paraná tem dado resposta na prisão das pessoas que cometem crime.

Agora, eu pediria, já que V. Exa. está usando a TV SINAL, tomara que ela chegasse em Cândido Rondon, Planalto, Capanema, mas não chega, que o nosso povo da fronteira fosse capaz de denunciar os distribuidores de drogas nos nossos Municípios, que eles não fazem. Muitas vezes a Polícia chega na pessoa, mas não tem prova. E o cidadão tem que ser parceiro da Polícia para que isso possa ser recuperado.

Mas de toda forma é muito importante o alerta que V. Exa. está dando.

O SR. ELIO RUSCH (DEM)

Quero agradecer a todos os Deputados que participaram com os apartes neste nosso pronunciamento.

Deputado Caíto Quintana, concordo plenamente com V. Exa., com os demais Deputados. A sociedade participa, com toda certeza, mas é necessário os Governos darem a sua participação. Os Governos devem dizer para a sociedade: “Olha, vamos fazer isso nessa região, com mais pessoas, com mais gente, com gente qualificada, com gente treinada e fazer com que os órgãos governamentais, seja da Segurança ou da fiscalização, junto com o Exército e junto com a Marinha, pois se trata exatamente de divisa de dois Países, como a divisa do Paraguai, onde entra a grande maioria do armamento e também das drogas no nosso País.

Agradeço, Sr. Presidente, Srs. Parlamentares.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Com a palavra o Deputado Douglas Fabrício.

Deputado Douglas Fabrício (PPS)

O SR. DOUGLAS FABRÍCIO

Sr. Presidente, Deputado Nelson Justus, Sras. Deputadas, Srs. Deputados.

Vou dar uma seqüência na fala do Deputado Elio Lino Rusch, mas esse aqui é um documento oficial do meu partido que é o PPS, também falando sobre a questão da Segurança Pública.

Só voltando um pouco atrás com relação a alguns fatos, e este é o documento encaminhado ao Sr. Procurador Geral de Justiça do Estado do Paraná, Dr. Olympio de Sá Sotto Maior Neto, e assinado pelo nosso Presidente Estadual do PPS, Rubens Bueno.

Aqui tratamos do seguinte tema:

(Lê):

“Em atenção aos diversos crimes políticos cometidos contra dirigentes e filiados ao PPS no Estado do Paraná, todos ainda sem solução, vem respeitosamente perante V. Exa. apresentar pedido de informações, pelo que expõe e requer em seguida.

Como é público e notório - e foi ratificado por expediente anterior deste partido - há três crimes, supostamente comuns, praticados contra dirigentes e filiados ao PPS no Paraná. O primeiro deles, ocorrido ainda em 2001, o assassinato do Presidente do PPS de Almirante Tamandaré, Miguel Siqueira Donha, e completa nove anos na data de hoje, sem qualquer evolução significativa, pelo que se tenha conhecimento.

O segundo, ocorrido há quase oito anos (28/01/01), foi cometido em Mariluz e vitimou o Vice-Prefeito à época, membro do PPS, Aires Domingos, e o Presidente do PPS local, Carlos Alberto de Carvalho. Suspeita-se que a morte tenha sido encomendada pelo então Prefeito. De igual forma os homicídios ainda não foram solucionados.

Por último, há o caso do assassinato do empresário e candidato a Vice-Prefeito pelo PPS em Campo Largo, Sérgio Roberto Marsiglio, ocorrido em 2005. Traço comum aos demais, não se tem solução até o momento, sem qualquer suspeita ou mesmo prisão dos responsáveis.

Daí este pedido de informações e providências.

Sabe-se que o Ministério Público Estadual tem papel decisivo na condução das ações penais públicas incondicionadas. Daí a representação a V. Exa.

O que se pretende, pois, é que o Ministério Público, dentro da competência que lhe é própria, dê especial atenção para os casos relatados, na medida em que representam nítida ameaça à democracia, na exata medida que fazem da atividade política algo com risco de morte.

Assim, rogando a V. Exa. especial atenção às hipóteses relatadas, requer o PPS informações e providências em relação aos crimes noticiados.

Curitiba, 22/01/09.

Atenciosamente,

(a) RUBENS BUENO

Presidente do PPS/PR”.

Então, uso o Pequeno Expediente para relembrar isso aqui, Sr. Presidente. Estamos falando da falta de segurança, como muitos Deputados falaram é um problema de todas as pessoas. Só que temos Vereadores, Deputados, Senadores e Governador aqui no Estado do Paraná e todos têm responsabilidade, mas pela Constituição do Estado a responsabilidade é do Governo do Estado oferecer condições melhores de segurança à sociedade! Então, não podemos deixar de ficar aqui, todos os dias se for possível, e cobrar ação efetiva no combate ao crime e punição clara aos culpados. Porque não adianta também oferecer estrutura para a Polícia se não tiver também punição, quando por exemplo for apanhado um delinquente, alguém que está assaltando, que está matando.

Esse registro nosso é porque desde 2001, em três casos aqui ainda não ocorreu a solução. Por isso estamos pedindo às autoridades, Ministério Público, Polícia Civil, Polícia Militar, Polícia Federal, todos que são envolvidos para dar solução aos crimes acontecidos, que façam realmente o seu trabalho.

Era isso, Sr. Presidente, agradeço.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Com a palavra o Deputado Luiz Eduardo Cheida.

Deputado Luiz Eduardo Cheida (PMDB)

O SR. LUIZ EDUARDO CHEIDA

Sr. Presidente, nobres Pares, queria cumprimentá-lo, bem como os membros da Mesa, os demais Deputados por este ano que se inicia, em especial aos novos Deputados, Fernando Scanavaca e o Professor Lemos, que aqui com seu coletivo do mandato composto de lideranças de todo o Paraná, Vereadores, Prefeitos e demais lideranças dão uma demonstração inequívoca da força que trazem a essa Assembleia e beneficiário será o nosso Estado do Paraná.

Sejam bem-vindos portanto!

Sr. Presidente, o SERCOMTEL, empresa de Londrina, é o serviço de telecomunicações da Cidade, uma autarquia criada há 40 anos e que eu tive a honra, como Prefeito de Londrina, de transformá-la em sociedade anônima, sempre foi e ainda é uma referência estadual em termos de telecomunicações. Recentemente o SERCOMTEL pediu a ANATEL para atender a todo o Paraná e conseguiu autorização da ANATEL para que, num espaço de 12 meses, o SERCOMTEL possa estar presente atendendo com a sua proficiência, a sua qualidade, a todos os 399 Municípios do Estado do Paraná.

Pois bem, nada disso seria de espantar, não fosse a SERCOMTEL a única autarquia brasileira de telecomunicações em situação de uma estatal. No Brasil inteiro somente a SERCOMTEL restou como uma empresa estatal na área de telecomunicações.

Por isso, Sr. Presidente e Srs. Deputados, estou aqui para fazer uma solicitação e peço o apoio de todos os Deputados na aprovação de um requerimento.

(Lê):

“O Deputado Estadual, adiante assinado, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER a essa douta Mesa Executiva, após ouvido o Plenário, com fulcro nos artigos 34 e 35 do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, que institua uma Comissão Especial composta por sete membros para estudar e acompanhar a autorização da ANATEL permitindo ao SERCOMTEL expandir a telefonia fixa para todo o território do Paraná.

O objetivo desta comissão será acompanhar a expansão do SERCOMTEL, auxiliar e acompanhar as transações desta empresa com outras de natureza pública, sejam elas Empresas Públicas, Sociedades de Economia Mista, sejam Órgãos Governamentais, com o escopo de auxiliar e fortalecer a única empresa estatal de telefonia do País.

Esta Comissão Especial deverá, ainda, estudar as possibilidades de expansão desta empresa de telefonia, SERCOMTEL, sugerindo ao Governo do Estado, detentor de 45% de suas ações por meio da COPEL, e a Prefeitura Municipal de Londrina, medidas e contratos para viabilizar esta expansão.

O prazo para a execução dos trabalhos desta Comissão Especial da SERCOMTEL será de 120 dias.

Sala das Sessões, em 01/04/08.

(a) LUIZ EDUARDO CHEIDA

Deputado Estadual - PMDB”

JUSTIFICATIVA:

O SERCOMTEL sempre foi, e ainda é, uma referência nacional e internacional na administração e exploração de serviços de telefonia. Empresa de natureza pública, desde sua criação buscou estar a frente de seu tempo. A primeira a explorar telefonia digital no Estado e uma das primeiras do País. Sempre aliou tecnologia de ponta com atendimento ao público humano e responsável. Um exemplo bem sucedido de empresas administradas pelo Poder Público.

Seguindo este conceito de sempre querer expandir seus horizontes, levando serviços de telefonia de alta qualidade a todos, o SERCOMTEL apresentou solicitação junto a ANATEL para que pudesse oferecer seus serviços de telefonia fixa a todo o Estado do Paraná. Recentemente a ANATEL concedeu esta autorização, dando o prazo de 12 meses para que o SERCOMTEL comece a operar nesta área de abrangência.

Atualmente o SERCOMTEL é a única empresa de natureza pública a oferecer serviços de telecomunicações em todo o território nacional. Com capital majoritariamente do Município de Londrina e com 45% de suas ações cuja titularidade são da COPEL, a empresa é de interesse de todos os paranaenses. Afinal o SERCOMTEL Telefonia Fixa apresentou lucro superior a R\$ 8 milhões.

Ou seja, viabilizando e auxiliando a expansão desta empresa para todo o Estado, além de um lucro maior, estaremos presenciando a geração de renda e empregos em nosso Estado, a fixação destes dividendos em nossa terra, e acima de tudo viabilizando a todos os paranaenses um serviço de qualidade técnica aliada a um atendimento respeitoso e humano.

A criação desta comissão é uma clara demonstração que esta Casa de Leis percebe, compreende a importância desta empresa, e acima de tudo sabe que o Paraná e os paranaenses só têm a ganhar com esta atitude.

O SERCOMTEL tem essa tecnologia. A COPEL tem a tecnologia e a chamada infovia já instalada em todo Paraná. Por que não fazemos desta bela associação uma forte representação, na forma de uma nova empresa, ou na forma de uma estrutura pública que viabilize no Paraná uma grande contribuição na área de telecomunicações, de forma estatal, praticamente sem investimentos, porque os investimentos já existem, e com lucros e empregos auferidos ao nosso Paraná.

Portanto apresento este requerimento, espero a aquiescência dos nobres Pares. Tenho certeza absoluta que estaremos fazendo justiça com a SERCOMTEL de Londrina e dando uma força ainda maior a essa grande e exitosa empresa que é a nossa COPEL.

Era isso. Muito obrigado.

Grande Expediente:

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Concedo a palavra, no Grande Expediente, ao Sr. Deputado Professor Lemos.

Deputado Professor Lemos (PT)

O SR. PROFESSOR LEMOS

Quero inicialmente cumprimentar o Exmo. Presidente desta Casa, Deputado Nelson Justus, que sempre nos recebeu aqui como dirigente sindical, Presidente da APP, como coordenador do Fórum dos Servidores do Estado do Paraná. Já nos recebeu aqui, em janeiro, como Deputado, nos dando posse oficial, e hoje nos recebendo aqui também para essa posse solene. Muito obrigado pela boa recepção que sempre tivemos aqui na Assembleia da sua parte, Presidente Nelson Justus.

Quero cumprimentar o nosso líder de bancada, o Deputado Péricles de Mello, e todos os líderes das demais bancadas, dos demais partidos, Líder do Governo e Líder da Oposição, cada Deputado e Deputada desta Casa, os funcionários, os assessores, aqui da Assembleia, e todos aqueles que nos acompanham pela TV SINAL.

Quero, companheiros e companheiras, cumprimentar cada um que está aqui presente acompanhando essa solenidade, aqueles que não podem estar aqui no plenário, que estão em casa, muitos me disseram que iam acompanhar pela TV SINAL, o nosso muito obrigado pela presença aqui.

É uma satisfação muito grande para nós tê-los já na campanha, como um coletivo importante, e agora, mais ainda como um coletivo do mandato, que possamos fazer um mandato nosso. Esse mandato não pertence ao Professor Lemos, pertence ao conjunto dos trabalhadores do Estado do Paraná, que estão aqui representados por vocês. Muito obrigado pela presença.

Quero pedir licença para registrar a presença de algumas pessoas e com elas também as suas entidades que aqui estão. A professora Tereza Lemos, minha esposa, minha companheira de todas as horas, de todos os momentos, militante, e com essa mulher guerreira, cumprimento todas as mulheres aqui presentes, todas as mulheres do Estado do Paraná e do nosso Brasil. Também os meus filhos: o Michelangelo, que também é funcionário de escola estadual; o Pitágoras, que é estudante, e com ele os estudantes da educação básica do Paraná; a Letícia, que é a nossa pequena, já na 5ª série, e com ela todas as crianças do nosso estado do Paraná e as crianças aqui presentes. Saudar com muita alegria o meu irmão que está aqui presente, o Luiz Carlos Rodrigues, e com ele cumprimentar os nossos parentes, os meus e os da Tereza, todos que estão aqui e os que não puderam estar. Esse irmão valoroso, que também foi um dos companheiros que me incentivou desde pequeno, ele que é lá da Cidade de Cascavel e que está conosco aqui nos honrando com a sua presença.

Cumprimentar o meu padrinho de crisma, que vai completar 83 anos este ano, o Sr. Aurélio Peternela que está conosco hoje que ficou em pé, e eu gostaria que fosse saudado aqui neste Plenário.

(Aplausos)

O conheci em Nova Aurora, foi meu padrinho quando ainda era muito criança, ele foi meu catequista, é o meu mestre e aqui representa os meus pais. O meu pai, que já é falecido, se estivesse vivo estaria aqui. A minha mãe não está por problema de saúde, mas me disse que iria acompanhar pela TV SINAL. Ele representa aqui os meus pais. O meu muito obrigado pela presença aqui.

Cumprimentar todos os meus amigos na pessoa do Paulo Peternela, ele que foi o meu amigo de infância, que jogamos futebol, pescamos nos vários Municípios do Oeste do Paraná, meu muito obrigado pela presença.

Deputado Cheida, lembro-me que naquela época éramos estimulados a combater e a destruir o planeta. Já revimos isso e vamos contemplar a ecologia. Quero saudar aqui os apoiadores da campanha, destacar e registrar o Hermes Leão, professor companheiro que foi o coordenador geral da campanha. Queremos aproveitar esse momento para agradecer cada voto que recebemos nessa eleição. Foram mais de 22 mil votos em todo Estado do Paraná.

Quero cumprimentar a professora Marley Fernandes, guerreira Presidente da APP-Sindicato, também a

cada professor, professora do Estado do Paraná, cada funcionário e funcionária de escola do nosso Estado.

Também saúdo a todas as entidades sindicais do nosso Estado, os funcionários da APP-Sindicato, temos mais de 140 funcionários da APP em todo Estado, e estão aqui representados. Quero citar aqui um dos companheiros que é o Ademilson, e com ele cumprimentar todas as funcionárias da APP-Sindicato do Estado do Paraná.

Também a Gleisi Hoffmann, que veio aqui trazer o abraço, trazer o estímulo, a força, ela que é Presidente do nosso partido no Estado do Paraná. Uma companheira que se colocou à disposição para que eu possa fazer um bom mandato

Cumprimentar a cada companheiro de bancada, Deputados Estaduais do meu partido, Deputada Luciana, Deputados Elton Welter, Tadeu Veneri, Pedro Ivo e também a todos os Deputados aqui desta Casa, mais uma vez, pela boa recepção que tive aqui e pelo apoio que, com certeza, vou ter dos meus companheiros para que possamos avançar na construção de um mundo novo, justo e que possamos viver com dignidade.

Cumprimento também a Elaine, lá de Cascavel, ela que é da Coordenação do MST e a todos os movimentos sociais aqui presentes e aqueles que não puderam estar aqui, que são parceiros deste mandato.

Quero saudar aos estudantes de nível superior, o Walter Freitas, que vem lá de Marechal Cândido Rondon, que é estudante e assessora o mandato de um Vereador guerreiro que é o professor Sonda, lá em Marechal Cândido Rondon.

Também a professora Terezinha, professoras aposentadas, educadoras, e ao cumprimentá-las acabo de enxergar aqui no plenário a nossa companheira da APP-Sindicato, da nossa direção que está aqui, Terezinha, e em nome de todas as professoras, funcionários e professores aposentados do Estado do Paraná.

Aqui cumprimentar o Presidente da Federação dos Aposentados do Paraná, Manoel Pimentel, que é de Cascavel, que veio a este ato representando todos os aposentados das demais categorias do Estado do Paraná.

Também os nossos companheiros da APAD - Associação dos Diretores de Escola do Paraná, Sr. Isaias, professor Sérgio, o nosso agradecimento pelo apoio e pela presença.

Cumprimento também o Jaime Tadeu, aqui representando todos os movimentos que fazem a defesa da igualdade racial, para acabarmos com o preconceito no nosso Estado e no nosso País. Também o professor Paulino, representando aqui todas as pastorais sociais de todas as igrejas, ele que vem de Cascavel e que já foi Presidente da APP naquela região. Também o Celso Alegria, lá de Nova Aurora, representando o movimento apaeano, ele que é da direção da APAE, e aproveitar para agradecer o presente que a APAE nos encaminhou no dia de hoje, dizer que ele aqui representa todas as

escolas de ensino especial, que vai para além das nossas APAEs no Estado do Paraná.

Muito obrigado pela presença!

Saudar também os nossos Prefeitos, aqui representados pelo João Costa, de Porto Barreiro, companheiro e professor; o Joacir, que é lá de Anahy, e também o Darci, de Diamante do Sul, os três companheiros representando os nossos Prefeitos no Estado do Paraná. E também os Vice-Prefeitos, na pessoa do Deuclides Nunes Pinto, lá de Braganey, que também veio e integra este coletivo do mandato. Também os nossos Vereadores aqui presentes, o José Vilso, de quem fui professor em Capitão Leônidas Marques e hoje é Vereador do PT naquele município; o Celestino, de Braganey, professor e companheiro; como o Ezequiel e o Dirceu, de Diamante do Sul; o João Boiadeiro, de Anahy; e o Vilmar, de Nova Aurora. Também os coletivos dos mandatos tanto do Deputado Dr. Rosinha, Deputado Assis do Couto, Deputado Ângelo Vanhoni e de Vereadores, como a professora Josete e a Irani, e demais mandatos aqui representados.

Saúdo também as colegas mães gestantes, que há tempo estamos no Fórum dos Servidores fazendo essa luta para que possamos aprovar aqui na Assembleia, em 2ª votação, um projeto de autoria do Deputado Welter e da Deputada Luciana, que é uma PEC que vai ampliar para 180 dias a licença-maternidade. Quero registrar, então, a Ana Lúcia, do SindSaúde, representando todas as mães gestantes do Estado do Paraná.

Companheiros e companheiras deste plenário nesta Sessão de hoje, quero lembrar o sociólogo e professor Florestan Fernandes, um dos mais ilustres pensadores brasileiros, Deputado Federal do PT por duas vezes, que escreveu em artigo intitulado “Os Desenraizados”, publicado na Folha de São Paulo no ano de 1986, com a seguinte assertiva:

(Lê):

“Espera-se que o movimento popular dê o salto qualitativo de mobilização que só poderá nascer de uma identidade partidária forte, que compreenda que a classe operária não contém fronteiras diante da miséria e que o socialismo proletário só poderá florescer pela incorporação daqueles que são os mais desiguais, estejam eles no campo ou nas Cidades, sejam eles brancos, negros ou índios, enfrentem os dilemas humanos que enfrentarem. O que o capitalismo expulsa e separa, o socialismo deve unir e liberar. Essa é a realidade histórica que torna o proletariado tão diferente de seu antípoda burguês e do seu porta-voz, o demagogo. Uma democracia popular, desde o começo, não pode separar os de baixo - deve unificá-los em torno da mesma bandeira igualitária”.

Este trecho foi citado na tese de doutorado de Marcos Marques de Oliveira.

Nosso mandato é uma conquista coletiva de trabalhadores e trabalhadoras militantes das lutas sociais do

nosso Estado. Coletivo este composto por companheiros e companheiras que entendem que este espaço deve ser importante ferramenta a serviço da classe trabalhadora.

Nosso mandato surge portanto no campo da crítica ao modelo hegemônico de sociedade o capitalismo, que desde o seu surgimento se revela um modelo gerador de exclusão social, concentrador de riquezas, gerador de misérias, desigualdades e toda ordem de violência que campeiam pelo mundo.

Vale a pena aqui recuperar a atualidade do pensamento de Rosa Luxemburgo, que em 1918 produziu um artigo onde expressava a necessidade de mudanças urgentes na sociedade. Socialismo ou barbárie, pois entendia ela que se persistissem as relações capitalistas, a história implicaria novas guerras, fomes e doenças. Mais de oito décadas se passaram e o diagnóstico da realidade social é exatamente a barbárie.

Nosso mandato surge ainda no contexto do entendimento que vimos fazendo nas duas últimas décadas que este mesmo modelo se reapresentava com uma roupagem nova, o neoliberalismo, que a partir do Consenso de Washington, ganha impulso no vazio ideológico do socialismo estatal, burocratizado da experiência soviética, simbolizado pela queda do muro de Berlim em 1989.

A conjuntura de crise aguda que ora se apresenta, entendida por muitos pensadores como a mais grave desde a crise de 1929, aponta o fracasso retumbante do sistema. Agravada ainda mais, pois além de econômica, política, social e energética é também uma crise ambiental gravíssima. Nosso mandato surge do coletivo, da necessidade de construirmos uma sociedade nova, onde tem que estar acima do lucro e a felicidade das pessoas tem que estar em primeiro lugar.

Por isso que aceitamos, pela primeira vez, a tarefa de ser candidato. Agora chegamos nesta Casa e queremos, juntos com vocês, companheiros, companheiras desta Casa, junto com os movimentos sociais, sindicatos, construir propostas, projetos que possam melhorar a vida de cada trabalhador deste Estado. Neste sentido trazemos para esta Casa, no dia de hoje, uma emenda constitucional, já estamos colhendo o apoio dos colegas, para alterar o dia do pagamento do servidor público, para o penúltimo dia do mês. Também estamos apresentando um projeto para que cada servidor que tenha sob sua guarda dependentes, comprovada pela perícia médica do Estado que são deficientes, que precisam de cuidados do familiar, que possa ter uma redução da sua jornada de trabalho, como já aconteceu em vários Estados como Santa Catarina, e no Município de Curitiba.

Queremos também trazer para o debate a educação infantil, tão defendida aqui pelo Deputado Pedro Ivo, nos somarmos a ele e aos demais Deputados, para que a educação infantil seja um direito assegurado a todas as crianças do nosso Estado do Paraná.

Também a educação em tempo integral, já apresentada pelo Deputado Teruo Kato. Já fizemos debates com ele, já nos somamos em vários municípios e queremos fazer com que esse projeto avance, seja ele melhorado e

aprovado, para que possamos ter no Paraná educação em tempo integral na rede estadual e nas redes municipais.

O projeto da educação em tempo integral é bom para o Estado; é bom para os Municípios, que receberão 25% a mais de recursos do FUNDEB; é bom para os professores, porque terão mais tempo para fazer a aprendizagem; será excelente para os nossos estudantes porque, além da matemática, da língua portuguesa, da história, das matérias normais do currículo, poderão fazer informática, dança, teatro, música, outras línguas estrangeiras, esportes, desporto e lazer na escola. É bom para os pais, que ficam livres para exercer suas funções lá no seu local de trabalho, com a segurança de que essas crianças estão com seus professores, jamais sendo levados e ganhos pelo crime ou, muitas vezes, educados pela televisão ou pelo video game.

Então, é um dos projetos que queremos debater com todos aqui para o avanço do nosso Estado, para melhorar a Educação do nosso Estado, do nosso País.

Queremos tratar do Sistema de Educação, que é de 1964. Ele está desatualizado. Precisamos aprovar um projeto novo. Já temos um debate acumulado no Fórum de Defesa da Escola Pública, que faz parte, que a professora Marley é Presidente. Também o Plano Estadual de Educação. Já temos acúmulo na APP e no fórum que reúne mais e 200 entidades. Temos que fazer com que esse projeto entre nesta Casa, seja aprovado, que é um plano de metas para 10 anos, porque o Plano Nacional de Educação já foi aprovado. Temos que aprovar o Plano Estadual de Educação no Paraná.

Também precisamos avançar em vários outros pontos. As pautas de reivindicações, seja da APP, dos outros sindicatos, servidores públicos e também os demais trabalhadores, precisam da atenção desta Casa para que possamos avançar. Os trabalhadores precisam, de fato, do nosso apoio, do nosso empenho.

O Sr. Caíto Quintana (PMDB)

Permite um aparte?

(Assentimento)

Deputado Lemos, quero cumprimentá-lo pela posse, pelas intenções de V. Exa. nesta Casa. Conheço seu trabalho. Tivemos inúmeros encontros enquanto fui Chefe da Casa Civil e V. Exa. Presidente da APP. Sei que será uma contribuição enorme para o Legislativo a presença de V. Exa. aqui, porque afinal de contas, esta é a Casa que recebe as reivindicações da sociedade, das suas entidades, das suas categorias, e nada melhor que uma pessoa que conheça com profundidade as necessidades da Educação e as leis que amparam a Educação.

Que V. Exa. possa estar aqui conosco e, seguramente, nessas lutas estaremos empenhados juntos. Seja bem-vindo! Parabéns pela posse e acho que a Assembleia Legislativa do Paraná ganha muito com V. Exa. aqui neste Plenário.

O SR. PROFESSOR LEMOS (PT)

Obrigado!

Para concluir aqui, quero dizer aos nossos companheiros e companheiras que nos acompanham nesta tarde, nesta Sessão, que evidentemente temos mais facilidade na área da Educação, porque militamos nessa área há mais de 25 anos e, também, na agricultura familiar, porque é minha origem. Mas não vamos deixar de atuar em outras áreas importantes para vida do povo do Paraná. Para isso precisamos do apoio, da compreensão e da ajuda de cada Deputado e de cada Deputada desta Casa, dos movimentos sociais e sindicais, para que possamos fazer com que este mandato se transforme numa ferramenta boa na construção de uma sociedade nova, de um mundo novo, de um novo tempo.

Muito obrigado a todos! Um grande abraço àqueles que vieram aqui nesta tarde.

(Aplausos)

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

A Mesa Executiva, em nome de toda a Assembleia Legislativa, lhe dá as boas-vindas, Professor Lemos, na certeza de que V. Exa. cumprirá o seu mandato com dignidade.

Esta Presidência registra a presença do Vereador Rogério, de Nova Aurora, a pedido do Deputado Duílio Genari. Seja bem-vindo, Vereador Rogério.

Horário das Lideranças:

Horário das Lideranças: PSDB; PDT.

(Declinam)

PMDB: com a palavra o Deputado Waldyr Pugliesi.

Liderança do PMDB: Deputado Waldyr Pugliesi

O SR. WADYR PUGLIESI

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Antes de mais nada, quero me associar àqueles que deram as boas-vindas ao Deputado Professor Lemos. Fico muito contente, Deputado, que no seu primeiro dia de trabalho aqui na Assembleia Legislativa possa estar escudado por trabalhadores dos mais variados segmentos. Aliás, era bom que se dissesse que aqueles que professam posições contrárias àqueles que nós, ao longo de todos esses anos, defendemos, estão errados. Defenderam durante todos esses anos o “deus mercado” e o mercado soçobrou. O capitalismo selvagem criador de fome, miséria e de desemprego está caindo aos pedaços, basta vermos os grandes capitalistas norte-americanos implorando a presença do Estado para resolver os problemas particulares deles.

Porque quando nós, Professor Lemos, defendíamos aqui, por exemplo, a manutenção da SANEPAR nas mãos do povo paranaense, quando nos colocamos contra a privatização das estradas; quando defendíamos aqui a permanência do BANESTADO como um banco de fomento no interesse da sociedade paranaense; quando

defendíamos, aqui, como já falei, todas essas empresas maiúsculas, imprescindíveis ao nosso desenvolvimento, aqueles que defenderam a presença cada vez menor do Estado, na realidade, estavam errados.

Vejam bem, agora, ainda neste momento, quando todo mundo caminha em uma direção do rebaixamento dos juros, vemos aqui que o spread praticado aqui no Brasil é 11 vezes maior do que o maior spread produzido, praticado no resto do mundo. Spread é aquela diferença do dinheiro tomado como empréstimo pelos banqueiros e repassado àqueles que necessitam desses recursos. É um verdadeiro crime que se pratica contra a humanidade.

Então, estou cheio de esperanças, Professor Lemos, e gostaria de vê-lo se associar a essa luta, que nós aqui no Paraná, sob o comando do Governo Requião, estamos travando.

Ontem, daqui desta tribuna, o Governo Requião alinhou aquilo que deve ser, no entendimento daqueles que acreditam na presença popular, feito. Na hora em que você tem alguém adoentado - sempre falamos isso - ao longo de nossas vidas, de nossas atuações, o que é preciso fazer em relação àquele que está doente? Você tem que manter o emprego dele e não demiti-lo, como muitas vezes se fez ao longo de todos esses anos.

Por isso, o Governo do Estado está total e absolutamente correto, quando pratica essa política que foi desenhada aqui na Assembleia Legislativa na tarde de ontem. Os investimentos não serão contidos. Pelo contrário, ganharemos no avanço desses investimentos a garantia de que teremos um Estado vivo, caminhando para frente, em uma hora que precisamos de empregos, e fazer com que as famílias, os trabalhadores, tenham renda.

A política do Governo do Paraná é a que está correta, porque vejo em todos os cantos se falar de uma coisa só: “Olhem, a crise está aí e vamos fazer as contenções dos gastos.” Não. Aqui, a política séria do Governador Requião fez com que tivéssemos a certeza, hoje, que caminharemos com tranquilidade durante todo o ano de 2009. Não faltarão recursos para serem investidos no interesse do povo paranaense. As obras serão feitas e executadas, para que tenhamos a criação e a geração de empregos.

Quem é que fez neste País, podemos dizer com muita clareza, uma reforma tributária? Fizemos de 232 mil empresas - pequena e micro - no Paraná, 172 mil empresas não pagarão nenhum centavo de impostos ao Governo. Isso fará com que haja a manutenção do emprego. Fará com que haja a manutenção do emprego. Fará com que possamos caminhar com muita segurança na direção do futuro. Para isso, Srs. Deputados, precisamos ter o apoio de todos, como temos tido nesses dois anos, que acabamos de concluir há pouco, aqui na Assembleia Legislativa.

Este Poder, através de vários partidos, de companheiros valiosos e rigorosos que existem em todos os par-

tidos, que estiveram presentes nas reformas que fizemos, e aqueles que não concordam com a política que estamos praticando, tenham eles toda certeza de que serão respeitados, pelo Governo, pela Liderança do PMDB, pela Liderança do Governo nesta Assembleia Legislativa, porque a obrigação democrática é nossa: fazer com que através da maioria possamos implantar as políticas públicas que interessam ao conjunto da população, mas ao mesmo tempo teremos que respeitar sempre e cada vez mais, em nome da democracia, aqueles que se colocam contra as posições, que no meu entendimento são extremamente corretas, que estão sendo praticadas pelo Governo do Paraná. É um conjunto de obras que nós, do Governo do Paraná, temos que executar daqui para frente, ao longo de todas aquelas que executamos, que farão com que a crise possa ser muito amenizada aqui no Estado. Caminharemos com segurança.

Estive na Secretaria dos Transportes até pouco tempo. Fizemos maciços investimentos na área. E ontem, o Governador Requião anunciou aqui a aplicação, a chegada de mais R\$ 250 milhões para as obras que são necessárias na manutenção, na construção de novos trechos asfaltados que ainda necessitam da presença - poderia dizer urgente - do Governo do Estado. Portanto, começamos sob o império da crise. Todos os dias alimentada, podemos dizer, por gente que até outro dia dizia que não havia crise nenhuma.

Essa crise, para nós aqui do Paraná existe para darmos uma demonstração de confiança. Por que nós paranaenses precisamos estar pessimistas? Pessimistas com o quê? Temos um povo trabalhador, temos as melhores terras do mundo, somos um Estado que tem infraestrutura suficiente para caminharmos com muita segurança na direção do amanhã, na direção do futuro.

Agradeço a atenção. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Próximo orador inscrito, com a palavra o Deputado Geraldo Cartário.

Liderança do PDT: Deputado Geraldo Cartário

O SR. GERALDO CARTÁRIO

Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados.

Sr. Presidente, primeiramente os nossos cumprimentos pela autoafirmação desta Casa, no dia de ontem, quando V. Exa., com muita propriedade, mostrou ao Paraná que esta Casa é presidida, secretariada por gente de alto padrão. V. Exa. foi muito feliz quando falou um pouco do seu passado, da sua família, sendo paranaense, filho de paranaenses, parente de um dos fundadores do principal jornal do Paraná, enfim. Isso transmite credibilidade desta Casa à nossa população.

Parabéns a V. Exa. ao 1º Secretário Alexandre Curi, ao 2º Secretário Valdir Rossoni e a todos os integrantes da Mesa, que tomaram posse.

Sr. Presidente, o Paraná está precisando de críticos. Todos nós sabemos que o BV é de uma das famílias mais importantes do Brasil, do Antonio Ermírio de Moraes. Esse banco foi recentemente encampado pelo Banco do Brasil. Não houve prejuízo, segundo informações, aos acionistas.

O Paraná no seu Banco BAMERINDUS, também de uma das famílias mais tradicionais e respeitadas do nosso Estado, acabou sendo jogado a um banco internacional, por uma exigência do Banco Central. A família Andrade Vieira é uma família das mais honradas do Brasil e não teve o atendimento por parte do Banco Central como o BV. Esse critério faz com que 50 mil paranaenses estejam com as suas ações sem saber o que fazer.

Alguém pode falar: "Os acionistas são ricos". Sr. Presidente, poucos talvez saibam que a família Andrade nunca obteve mais que 22% da renda do BAMERINDUS. E já o Sr. José Andrade, que hoje é responsável pelo grande jornal também, Folha de Londrina, nunca obteve mais que 12% das ações do BAMERINDUS.

Quando se tomou o BAMERINDUS do povo do Paraná, dos 50 mil paranaenses, temos que reconhecer, e eu sou um que desde que me conheço por maior de idade, pago juros, quantas vezes cheguei no Banco Itaú, no BAMERINDUS, no BRADESCO, e até para fazer média com o gerente acabei comprando algumas ações. Não que eu precise, mas eu comprei porque eu precisava agradecer o gerente.

Sr. Presidente, esta Casa tem sido muitas vezes vítima de algumas acusações. Será que não está na hora, Sr. Presidente, de criarmos aqui critérios como V. Exa., criar o controle externo desta Casa para buscarmos critérios no Tribunal de Contas, critérios na área financeira de todo o nosso Estado, inclusive com a participação dos nossos companheiros Deputados Federais, buscarmos critérios na área federal? Senão vejamos - 50 mil pessoas não estão recebendo as ações do BAMERINDUS - tem viúvas, tem gente pobre, tem gente humilde, tem mulher que o marido faleceu e deixou como riqueza aos netos as ações do BAMERINDUS e nada se faz, Sr. Presidente. Esta Casa silencia, quando estamos olhando de perto o caso de São Paulo, do BV, que estão pagando as ações, e aqui nada.

Antonio Ermírio de Moraes não é mais importante do que o Paraná e o povo paranaense. Precisamos ter esta coragem, Sr. Presidente, de buscarmos essas soluções.

Eu falei com V. Exa., com o Deputado Alexandre Curi, como esse requerimento, à uma autoridade federal, não pode partir deste Deputado, eu apenas estou comunicando a V. Exa., a esta Casa, que na quinta-feira estou protocolando em Brasília, no Banco Central, um pedido de informações para saber porquê não estão sendo pagas as ações do BAMERINDUS, visto que, V. Exa. que é advogado, o CNPJ do BAMERINDUS é o mesmo CNPJ do Crédito Imobiliário. O Crédito Imobiliário que os paranaenses deviam dos apartamento, etc., que compraram, esse papel foi passado precisamente para o HSBC,

para a Caixa Econômica. A Caixa Econômica contratou advogados e está executando os paranaenses que não pagaram a prestação, ou que não tinham condições, ou que não havia diálogo com a rede bancária do BAME-RINDUS naquela época, e a Caixa Econômica hoje se diz dona dessa propriedade que são os valores imobiliários e, no entanto, ninguém fala em pagar as ações dos acionistas.

Sr. Presidente, são dois pesos e duas medidas. V. Exa. é advogado e sabe perfeitamente que pela nossa legislação, pela nossa lei, haveria de ter anuência do usuário devedor ao BAME-RINDUS para que esses papéis fossem transmitidos à Caixa Econômica para que essa então executasse.

Não há critérios, Sr. Presidente. Da mesma forma que não há critérios do Governo Federal com a estrada de São José dos Pinhais a Garuva, não há critérios com os investimentos feitos no porto de Paranaguá, enfim, estamos vivendo sem critérios.

Não há critério, por exemplo, Sr. Presidente, de que o funcionário público, ganhando R\$ 10, 15 mil, ao se aposentar ele receba os R\$ 15 mil. No entanto, um trabalhador normal deste nosso Estado, do nosso País, ele desconta sobre 20 salários mínimos ou 10 salários mínimos, mas não é contemplado com esse valor na hora de se aposentar. Nós mesmos pagamos e nunca vamos receber de aposentadoria, porque não há critérios, Sr. Presidente!

Eu pediria a V. Exa. que compusesse uma comissão desta Casa e partíssemos para critérios. Por exemplo, Deputado Nelson Justus, sempre os cartórios do Paraná foram os concursos feitos nas Comarcas. Recentemente houve um concurso a nível de Brasil, funcionário de cartório com 10, 15 anos está sendo jogado na rua e está chegando mineiro, gaúcho, nada contra os nossos conterrâneos, paulista, e assumem cartório que era de paranaense, que ali trabalhou quando inclusive o cartório dava prejuízo. Não há critério, Sr. Presidente! Onde nós estamos?

Por isso que esta Casa tem que ter, sim, um controle externo, porque o povo entra e sai desta Casa sem identificação, o povo sofredor, os acionistas e tantos outros sofredores sequer podem entrar no Tribunal de Contas, sequer podem entrar no Tribunal de Justiça ou em qualquer outro órgão, aqui sim, Mas o que estamos fazendo pelo povo do Paraná? Acionistas sem receber, funcionários que descontam no INSS 5 mil, R\$ 10 mil e se aposentam com 2 mil! Cartorário, Sr. Presidente, estão vindo de fora sem critério nenhum!

Concluindo, Sr. Presidente, precisamos agora, no caso por exemplo de cartório, Sr. Presidente, e o povo que me ouve em casa, pasmem, tem cartorário ganhando R\$ 2 milhões por mês, tem cartorário ganhando 1 milhão, 1 milhão e meio! Por que isso, Sr. Presidente? Por que não criar mais cartórios em cada Distrito? Isso não custa nada aos cofres públicos, muito menos ao povo do Paraná! Por que não criarmos cartórios em cada Distrito, registro de imóveis, cartório de protesto? Mas com critério, como os

catarinenses fazem: em Santa Catarina, passam os catarinenses; em São Paulo, passam os paulistas. Na UEL, em Maringá, em Ponta Grossa, a maioria que passa são os de fora! Coitado do nosso Paraná, dos nossos paranaenses!

Sr. Presidente, agradeço profundamente o tempo dado e gostaria que V. Exa. levasse dentro da sua reflexão o controle externo para exigirmos ética, princípios e critérios na política do nosso Estado do Paraná.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Bloco PSB/PRB/PV, com a palavra a Deputada Rosane Ferreira.

Liderança do Bloco PSB/PRB/PV: Deputada Rosane Ferreira (PV)

A SRA. ROSANE FERREIRA

Sr. Presidente Nelson Justus, Deputada Cida Borghetti, Deputado Scanavaca, na verdade eu queria falar no pronunciamento feito pelo Deputado Elio Rusch quando ele tocou na questão da violência, mas foram tantos os Deputados que solicitaram aparte que eu resolvi usar o horário do nosso bloco para também marcar uma posição.

Coincidentemente eu estava com o jornal da minha Cidade, o jornal de maior circulação dentro da minha Cidade, e ele traz a seguinte manchete: “Violentado e morto, rapaz leva três tiros na cabeça após sofrer abuso sexual na zona rural”. “Vinte e um dão no pé da cadeia de Araucária.” Aqui as fotos das pessoas que fugiram na madrugada de segunda-feira da cadeia pública de Araucária. Aqui atrás temos mais: “Leva roçadeira de agricultor.” Assaltaram o agricultor levando a roçadeira. A zona rural, como disse o Deputado Plauto Miró, está exposta ao risco.

Mas o que assistimos? No início dos nossos trabalhos fizemos uma Audiência Pública sobre Segurança Pública em Araucária. Contamos com a presença de vários Parlamentares para debater Segurança. Detectamos, como todos já denunciaram, falta de policiais, falta de estrutura, falta de sede para a Companhia de Polícia Militar de Araucária, uma série de situações que já debatem à exaustão aqui nesta Casa. Mas acho que não dá para deixar de registrar uma situação muito bem colocada pelo Deputado Caíto Quintana e também pelo Deputado Elton Welter nesta Sessão. O que assistimos, na verdade, é a deterioração da nossa sociedade no sentido moral da nossa fala.

É uma pena que os nossos professores não estejam mais aqui na Casa, porque eles poderiam testemunhar o que acontece na nossa sociedade. Se alguém rouba o instrumento de trabalho do nosso agricultor, é porque alguém compra esse instrumento de trabalho. Se alguém rouba uma roçadeira, é porque alguém compra essa mesma roçadeira, sabendo que ela é produto do roubo. Se alguém rouba fios elétricos, cobre, é porque temos

alguém que compra esse material. Onde está o trabalho para que possamos resgatar os valores morais da nossa sociedade?

Hoje pela manhã, quando me dirigia aqui na nossa Capital, eu vinha escutando uma das rádios, mostrando que é tão delito parar em fila dupla para pegar um filho na escola, como é delito cometer um furto ou um assalto. Existem regras para viver em sociedade e precisamos resgatá-las urgentemente. Precisamos fazer com que nossas famílias resgatem a responsabilidade para com os seus filhos no sentido moral. Por que os nossos jovens entregam-se às drogas? E assistimos dia a dia estas coisas acontecerem.

Araucária também foi manchete por aquele acidente que aconteceu no trânsito, o transporte coletivo que vitimou uma trabalhadora daquela Cidade.

O Partido Verde, o qual tenho muita honra de representar nesta Casa, sonha com outra sociedade. Sonhamos que os nossos trabalhadores não tenham que se empilhar dentro do ônibus para serem transportados em busca do pão de cada dia; que cada Cidade gere riqueza e renda, trabalho para os cidadãos; sonhamos com uma sociedade que se responsabilize pelo seu lixo, pelo resíduo; com uma sociedade que produza cidadãos no sentido mais amplo da palavra. É essa a nossa briga.

Não podia deixar de registrar nesta Casa, no dia de hoje, as duas falas colocadas pelos Deputados Caíto e Elton, as quais quero compartilhar. Precisamos mais do que Polícia, delegacia, cadeias, presídios e penitenciárias para resgatar a nossa sociedade e para garantir segurança e cidadania. Precisamos de escola de qualidade, de oportunidade para todos, trabalho, lazer, cultura, de trabalhar no que desencadeia o processo de violência. Não tenho dúvida que será esse o caminho.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Com a palavra, na Liderança do Governo, Sr. Deputado Luiz Claudio Romanelli.

Liderança do Governo: Deputado Luiz Claudio Romanelli (PMDB)

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

Quero dizer, Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, que espero muito desta Sessão Legislativa; 2009 é um ano em que não teremos eleições, e por conta dessa simples lógica, esta Casa poderá aprofundar o debate sobre instrumentos e, principalmente, sobre aquilo que é fundamental na definição das políticas públicas que modificam a qualidade de vida das pessoas.

Hoje mesmo pela manhã, quem foi à Escola de Governo ou assistiu pela televisão, muitos Deputados e Deputadas que lá estiveram acompanhando as decisões sábias tomadas pelo Governador Requião, a melhor de todas, é claro, é na área da Educação. Tenho permanecido ativo - Deputado Tadeu Veneri, V. Exa. sempre foi tam-

bém o interlocutor da área da Educação, na APP-Sindicato - desde o início do exercício da Liderança do Governo tenho podido participar das grandes decisões que são os posicionamentos do Governador Requião e de uma pauta de reivindicações. Sinceramente, está esgotada a pauta de reivindicações.

Se verificarmos o que este Governo, em dois anos, fez na área de Educação - se não fosse por mais nenhuma outra área já teria valido a pena o que foi feito na área da Educação - a reestruturação da carreira dos professores desde o início de 2003, com os acréscimos e os reajustes salariais que foram concedidos, a reestruturação da carreira dos servidores. Mas, fico mesmo com essa decisão de hoje: a dobra do padrão de 20 horas para quem tem direito. Serão diretamente beneficiados de 5 a 6 mil professores, além é claro, da concessão da aposentadoria especial aos que têm cargo de direção e aos pedagogos, pedagogas, aos profissionais desta área. Indiscutivelmente foi um grande avanço.

Quero registrar aqui a paciência, diria quase que a disciplina de cada um dos Parlamentares, porque foi um processo de construção dessas soluções havidas com as Secretarias envolvidas, a Secretaria da Educação, da Administração, o IBGE, a interlocução permanente com a APP- Sindicato. É assim que vamos construindo momentos iguais a esses que estamos vivenciando hoje, de vitória na área da Educação.

Outro tema que foi importante e tratado hoje pela manhã foi a instalação do Comitê em Defesa do Trabalho e Emprego. Ainda há pouco eu recebi os companheiros da Secretaria do Trabalho, o Secretário em exercício do Trabalho, Fernando Peppes; o Nilson Mandala, que é o coordenador da Relação de Trabalho, que também é o nosso companheiro da Secretaria do Trabalho, justamente no sentido de fazer as ações que têm que ser tomadas pelo Governo de combate a crise. Hoje ainda houve uma reunião no Palácio com as seis centrais sindicais, e esta Casa, por recomendação o Governador Requião, tem tratado, do ponto de vista da norma legal, de instrumentos que possam ser garantidores de emprego.

O nosso Estado tem uma política de incentivo fiscal, de subsídio para quem? Para a micro, a pequenas, mas para as grandes empresas principalmente. Certamente, todos esses que são os beneficiários da política fiscal, porque quando você deixa de recolher impostos você está deixando esse dinheiro em algum lugar, e nós sabemos, especialmente a indústria automobilística, as montadoras de automóveis são as grandes beneficiárias do não pagamento de imposto, dos incentivos fiscais.

Quero dizer que o Governador Requião fez uma recomendação à nossa bancada, especialmente à bancada que dá sustentação, de apoio ao Governo, e o Secretário Heron Arzuza ficou de elaborar uma minuta de uma proposta de emenda constitucional para que possamos ter uma grande eficácia do ponto de vista de que as empresas que recebem benefícios fiscais não demitam, e se demitirem

têm que pagar aquilo que receberam de incentivo fiscal do Estado.

O Deputado Antonio Belinati que não sabia, é um telespectador assíduo da TV Educativa, assistindo a Escola de Governo, já apresentou até um projeto de lei aqui propondo a proibição de demissões em empresas que recebem incentivo fiscal no Estado do Paraná. V. Exa. não é à toa que foi quatro vezes Prefeito.

Não tenho dúvidas que o projeto do Deputado Antonio Belinati - ele inclusive quase transcreveu aqui as palavras do Governador Requião. Aprecio esse tipo de velocidade na criação de um fato político - mas como eu pessoalmente e a nossa bancada tem que estar muito bem fundamentada em termo de que possamos, de fato, ter um instrumento legal que possa ser de forma efetiva utilizado pelo Governo, para que possamos junto com o Comitê em Defesa do Trabalho e do Emprego, que esta Casa tem que se mobilizar numa ação propositiva que seja garantidora de emprego, de fazer com que as centrais sindicais, a Federação da Indústria, do Comércio, que tem tido uma boa parceria com o Governo, possam de fato trabalhar no sentido de ter uma proposta de fazer com que aqui no Paraná a crise seja vivida com menor intensidade. Isso é possível se tivermos competência para construir essas soluções que estão aqui. O Secretário em exercício, Fernando Peppes, enfim, companheiros que participam desse debate.

O Sr. Antonio Belinati (PP)

Nobre Deputado Romanelli, o nosso projeto proibindo empresários que recebem incentivos fiscais do Governo do Estado do Paraná de demitir empregados pelo prazo de um ano, foi redigido já na semana passada e com data de ontem, porque estávamos num período de recesso. Só que lamentavelmente não pode ser dada entrada ontem, porque foi uma Sessão Solene.

Para mim não importa, temos um projeto proibindo demissão, o Governo do Estado hoje está com uma medida para também proibir demissão. Ótimo! O sentido de todos nós deve ser com a garantia do emprego. Não faço questão de tramitar o projeto, se tiver uma medida concreta do próprio Governo do Estado do Paraná, porque a nossa grande preocupação é que o mal empresário encha o bolso e engorde o seu patrimônio com o dinheiro público, prometendo gerar emprego, e ao primeiro sinal de crise promova demissões em massa como está acontecendo.

Parabenizo V. Exa. e que bom que estejamos caminhando na direção de defender o emprego do trabalhador e da trabalhadora.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Quero dizer que V. Exa. tem esse dom e eu o respeito justamente por essa característica, da sensibilidade que V. Exa. tem em relação ao tema que foi abordado pelo Governador Requião e que V. Exa. apresentou o projeto de lei. Se já havia escrito anteriormente... só quero

dizer que a sua idéia coincide em gênero, número e grau com aquilo que disse o Governador Requião. Se V. Exa. mandar degravar o que foi dito hoje, verificará, mas o que interessa, na verdade, é a proposta, é a ideia e não a autoria. Penso que é necessário que possamos ter um instrumento legal que possa proteger o emprego, especialmente nesse caso concreto das empresas que receberam benefícios fiscais do Estado do Paraná - não é do Governo, mas do povo paranaense, e o que está em jogo são os empregos dos paranaenses.

Temos que ter mecanismos de proteção, fazer com que as montadoras sentem à mesa para discussão, porque sabemos que a folha de pessoal das montadoras é muito pequena. Dizia-me o Núcio, que é coordenador das relações de trabalho, que significa 3 ou 4% da receita da Volvo a sua despesa com o pessoal. O fato é que essas empresas que hoje são plataformas, temos que incentivá-las para que possamos, de fato, verticalizá-las aqui no Paraná, para que a empresa possa de fato ocupar os paranaenses que aqui vivem, profissionais qualificados.

Entendo que as empresas são fundamentais para nós, temos que ter esse clima de parceria e podemos até aumentar os benefícios fiscais, não só delas, mas de todas as empresas. Podemos reduzir ICMS de fornecedores, se for necessário, fazer o que for necessário. O Governo está aberto para esse processo de discussão, mas temos que evitar mesmo o desemprego. O fundamental é a manutenção do emprego. Se tivermos um imposto de 18% e tivermos que reduzi-lo para 2%, vamos reduzir o imposto. O que temos que fazer é preservar os empregos e, ao mesmo tempo, criar os mecanismos para que possamos garantir que aqui no Estado do Paraná a crise chegue com menor intensidade. Esse é o espírito tanto do comitê quanto do Governo, e tenho certeza que esta Casa saberá, sabiamente, como já fez em outros momentos, construir consensos através de propostas que possam ser, de fato, propositivas em relação à sociedade paranaense.

Penso que temos que dar respostas para a sociedade. O que o povo espera e nós é a solução. Não adianta ficarmos aqui só fazendo diagnósticos, mas temos que apresentar soluções para resolvermos problemas graves que temos, principalmente em uma época de crise econômica como esta que estamos vivendo.

Era isso. Muito obrigado a todos pela atenção.

Ordem do Dia:

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à Ordem do Dia, com a presença de número legal.

Leitura do Expediente

Sobre a mesa, Ofício s/n, subscrito pelo Deputado Professor Luizão, constante do expediente, comunicando

que estará assumindo o mandato de Prefeito de Pinhais e que em virtude disso pede que seja extinto seu mandato de Deputado Estadual, na condição de 1º Suplente do PT, a partir de 01/01/09. **À Diretoria Legislativa e a Diretoria de Assistência ao Plenário para os devidos fins.**

Ofício nº 01/09, subscrito pelo Deputado Dr. Batista, constante do expediente, comunicando que foi escolhido para ser o Líder do Bloco PPS/PMN. **À Diretoria Legislativa para anotar.**

Indicação nº 001/09, de autoria do Deputado Stephanes Júnior, constante do expediente, propondo ao Sr. Governador a doação de um ônibus para o Município de Terra Roxa. **À Diretoria Legislativa para os devidos fins.**

Indicação nº 002/09, de autoria do Deputado Stephanes Júnior, constante do expediente, propondo ao Sr. Governador a doação de um ônibus para o Município de Abatiá. **À Diretoria Legislativa para os devidos fins.**

Indicação nº 003/09, de autoria do Deputado Douglas Fabrício, constante do expediente, propondo ao Sr. Secretário de Estado da Segurança Pública, uma atenção especial ao grave problema da falta de viaturas policiais, no Município de Terra Boa. **À Diretoria Legislativa para os devidos fins.**

Indicação nº 004/09, de autoria do Deputado Dr. Batista, constante do expediente, sugerindo ao Sr. Governador do Estado, que seja feita a pavimentação com pedras irregulares na estrada que liga Porto Rico e Porto São José. **À Diretoria Legislativa para os devidos fins.**

Indicação nº 005/09, de autoria do Deputado Teruo Kato, constante do expediente, propondo ao Sr. Governador do Estado e à Sra. Secretária de Estado da Cultura, a construção de Biblioteca Cidadã no Município de Nova Londrina. **À Diretoria Legislativa para os devidos fins.**

Indicação nº 006/09, de autoria do Deputado Teruo Kato, constante do expediente, propondo ao Sr. Governador do Estado e à Sra. Secretária de Estado da Educação, a construção de escola no Município de Mandaguaçu. **À Diretoria Legislativa para os devidos fins.**

Expediente subscrito pelo Deputado Ribas Carli Filho, na qualidade de Líder do Bloco PSB/PRB/PV, constante do expediente, indicando a Deputada Rosane Ferreira para compor a Comissão de Constituição e Justiça, como Suplente do Deputado Reni Pereira. **À Diretoria Legislativa para anotar.**

Expediente subscrito pelo Deputado Ademar Traiano, na qualidade de Líder do PSDB, constante do expediente, indicando o Deputado Luiz Fernandes Litro como Suplente do Partido, na Comissão de Constituição e Justiça. **À Diretoria Legislativa para anotar.**

Projeto de lei de autoria do Deputado Fernando Scanavaca, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria dos Deputados Ney Leprevost, Stephanes Júnior, Dr. Batista, Tadeu Veneri, Marcelo

Rangel, Teruo Kato e Rosane Ferreira, devidamente apoiado, constante do expediente. **À Diretoria Legislativa.**

Projeto de lei de autoria do Deputado Luiz Claudio Romanelli, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei em nº de 02 (dois), de autoria do Deputado Mauro Moraes, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Antonio Belinati, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Jocelito Canto, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Nelson Justus, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Teruo Kato, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 008, de autoria da Deputada Beti Pavin, constante do expediente, justificando sua ausência em Plenário nos dias 03, 04 e 05 de fevereiro de 2009, em face de compromissos parlamentares agendados no Ministério da Saúde e Ministério dos Transportes em Brasília. **À Diretoria Legislativa para anotar.**

Discussão/Votação

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

1ª Discussão

ITEM 01

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 206/08, de autoria do Deputado Edgar Bueno, que dispõe sobre o descarte e destinação final de pilhas que contenham mercúrio metálico, lâmpadas fluorescentes, baterias de telefone celular e demais artefatos que contenham metais pesados no Estado do Paraná. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ E CEMA. **Aprovado. (Publ. no DA nº 052/08, de 14/05/08, em Projetos de Lei)**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 206/08

P A R E C E R :

O projeto de lei em exame nesta Comissão de Constituição e Justiça, de autoria do Deputado Edgar Bueno, dispõe sobre o descarte final de pilhas que contenham mercúrio metálico, lâmpadas fluorescentes, baterias de telefone celular e demais artefatos que compostos de metais pesados no Estado do Paraná como forma, entre outras, de assegurar a todo cidadão um meio ambi-

ente ecologicamente equilibrado, que é direito de todo cidadão e está consagrado nos artigos 225 e 207 das Constituições Federal e Estadual, respectivamente.

A providência legal proposta e vem de encontro às diretrizes constitucionais que atribuem competência administrativa comum à União, Estados e Municípios quanto à proteção e preservação do meio ambiente e o combate à poluição, conforme determinam os incisos VI e VII do artigo 23 da Constituição Federal e Constituição Estadual, incisos VI e VII do artigo 12.

Quanto à competência legislativa para dispor sobre a matéria, as Magnas Cartas, Federal e Estadual, também atribuíram aos três entes federados competência concorrente sobre o tema, conforme artigo 24, incisos VI e VIII e artigo 13, incisos VI e VIII, respectivamente.

A propósito, a União já exerceu sua competência legislativa editando normas gerais sobre a proteção e preservação do meio ambiente, como a lei que estabeleceu a Política Nacional do Meio Ambiente, o Código de Caça, de Pesca, o Código Florestal, as Leis dos Crimes Ambientais, etc).

Aos Estados compete a edição de normas que complementem a legislação federal sem com elas conflitarem no que respeita às normas gerais sobre esta matéria. E neste sentido é o conteúdo da proposta legislativa do Parlamentar.

Ante a análise procedida à luz do ordenamento jurídico nacional nenhum impedimento foi verificado que inviabilize a aprovação da proposição, portanto esta Comissão de Constituição e Justiça manifesta seu parecer favorável ao presente projeto de lei.

Sala das Comissões, em 01/07/08.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
VALDIR ROSSONI - Relator

COMISSÃO DE ECOLOGIA E MEIO AMBIENTE PROJETO DE LEI Nº 206/08

P A R E C E R :

Preâmbulo

O projeto de lei, de autoria do Deputado Estadual Edgar Bueno, que dispõe sobre o descarte e destinação final de pilhas que contenham mercúrio metálico, lâmpadas fluorescentes, baterias de telefone celular e demais artefatos que contenham metais pesados no âmbito do Estado do Paraná, instituindo assim normas que conscientize e facilite a adesão de todos aqueles que desejam, mas não sabem como separar, acondicionar e recolher este tipo de material, auxiliando assim na preservação ambiental.

Legitimidade e Legalidade

A Constituição Federal em seu capítulo VI do Meio Ambiente, artigo 225 diz:

Art. 225. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

Art. 23º É competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios:

VI - proteger o meio ambiente e combater a poluição em qualquer de suas formas;

VII - preservar as florestas, a fauna e a flora;

O referido projeto de lei, demonstra consonância com a nossa Magna Carta em seus artigos 225 e 23 e com a nossa Constituição Estadual em seus artigos 207 e 24 respeitando-as em seus objetivos propostos.

Conclusão

O presente projeto de lei, encontra-se em conformidade com as normas constitucionais, demonstrando legitimidade por parte deste Poder para tratar da matéria ora em análise, atendendo requisitos da Lei Complementar nº 095/98.

E, não havendo nenhum óbice constitucional, nenhuma disposição contrária e a importância do tema em questão, esta comissão é de parecer favorável ao projeto de lei em questão.

Sala das Comissões, em 08/12/08.

(aa) LUIZ EDUARDO CHEIDA - Presidente
CLEITON KIELSE - Relator

ITEM 02

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 257/08, de autoria do Deputado Jonas Guimarães, que denomina a Cidade de Cianorte como Capital do Vestuário. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e CICTM. COM EMENDA DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 065/08, de 10/06/08, em Projetos de Lei)**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 257/08

P A R E C E R :

O presente projeto de lei de autoria do Deputado Jonas Guimarães, denomina a Cidade de Cianorte como Capital do Vestuário.

Analisando a proposição do nobre Deputado, verificou-se que o projeto não encontra óbice no âmbito constitucional, tendo em vista o que preconiza a Constituição Federal:

Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:

VII - proteção ao patrimônio histórico, cultural, artístico, turístico e paisagístico.

Art. 215. O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais.

A Constituição Estadual, em seu artigo 191 diz:

Art 191. Os bens materiais e imateriais referentes às características da cultura, no Paraná, constituem patrimônio comum que deverá ser preservado através do estado, com a cooperação da comunidade.

Quanto à técnica legislativa, não foram observadas todas as disposições pertinentes à Lei Complementar nº 095/98, quanto a cláusula de revogabilidade.

Portanto, chamada esta relatoria a se manifestar, somos de parecer favorável, através da emenda corretiva anexa.

Sala das Comissões, em 11/11/08.
(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
LUIZ CARLOS MARTINS - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA EMENDA CORRETIVA AO PROJETO Nº 257/08

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 11/11/08.
(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
LUIZ CARLOS MARTINS - Relator

COMISSÃO DE INDÚSTRIA, COMÉRCIO, TURISMO E MERCOSUL PROJETO DE LEI Nº 257/08

P A R E C E R :

O Projeto de Lei nº 257/08 de autoria do Deputado Jonas Guimarães, denomina a Cidade de Cianorte como Capital do Vestuário.

Após parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça, esta comissão é chamada a se manifestar com relação ao mérito da matéria.

O presente projeto de lei é meritório, pois a Cidade vive e respira vestuário.

Sendo assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 17/12/08.
(aa) EDGAR BUENO - Presidente
TERUO KATO - Relator

ITEM 03

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 417/08, de autoria do Deputado Luiz Fernandes Litro, que autoriza o Poder Executivo a assegurar o atendimento prioritário na rede pública estadual de saúde aos pacientes com idade igual ou superior a 60 anos e dá outras providências. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CSP. COM EMENDA DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 122/08, de 16/10/08, em Projetos de Lei).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 417/08

P A R E C E R :

Preâmbulo

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Luiz Fernandes Litro, tem por escopo a autorização do Poder Executivo, para que este assegure o atendimento prioritário aos pacientes com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos, no que concerne ao âmbito da Saúde

Pública estadual; para que assim, além do tratamento emergencial prioritário, sejam realizados os exames e consultas dentro do prazo máximo de 7 (sete) dias, contados da data em que foram agendados.

Fundamentação

A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 objetiva proteger a velhice, por meio da prestação de assistência social¹, estabelecendo, ainda, que é o dever do Estado, da sociedade e da família, assegurar aos idosos o direito à vida, a dignidade da pessoa humana, seu bem-estar, bem como sua participação na comunidade.

Art. 230. A família, a sociedade e o Estado têm o dever de amparar as pessoas idosas, assegurando sua participação na comunidade, defendendo sua dignidade e bem-estar e garantindo-lhes o direito à vida.

Tratando-se este projeto de direito à saúde, resta a esta Comissão de Constituição e Justiça a análise acerca de sua constitucionalidade, aferindo-se o proponente vale-se de legitimidade. É de competência concorrente da União e Municípios legislar sobre proteção e defesa da saúde. Neste sentido:

Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:

XII - previdência social, proteção e defesa da saúde.

Interessante salientar que, apesar de o Estatuto do Idoso já regulamentar acerca de atendimento prioritários aos idosos, em órgãos públicos e privados, na qualidade de prestadores de serviços à população²; deixa de regular, em específico, quanto à prioridade em atendimento emergencial e, igualmente, quanto a prazos máximos para realização de consultas ou exames médicos agendados.

Assim, a norma estadual vem suplementar a legislação federal, no intuito de garantir maior eficácia aos objetivos do Estatuto do Idoso. Desta forma, verifica-se a importância deste projeto de lei, eis que oferece maior efetividade aos benefícios já assegurados aos idosos.

Ademais, por não se tratar de matéria relativa à iniciativa privativa do Governador do Estado, prevista no artigo 66 da Constituição do Estado do Paraná, não há que se falar em vício de iniciativa. Destarte, o proponente está enquadrado nos requisitos legais, conferindo constitucionalidade, portanto, ao presente projeto de lei apresentado.

1. Art. 203, CF/88: *A assistência social será prestada a quem dela necessitar, independentemente de contribuição à seguridade social, e tem por objetivos:*

I - a proteção à família, a maternidade, à infância, à adolescência e à velhice.

2. Art. 3º Lei nº 10741/03: É obrigação da família, da comunidade, da sociedade e do Poder Público assegurar ao idoso, com absoluta prioridade, a efetivação do direito à vida, à saúde (...).

Parágrafo Único. A garantia de prioridade compreende:

I - atendimento preferencial imediato e individualizado junto aos órgãos públicos e privados prestadores de serviços à população.

Entretanto, observa-se que não há necessidade de se autorizar o Poder Executivo a assegurar atendimento emergencial prioritário aos idosos, posto que a própria lei, uma vez promulgada, instituirá como norma cogente, inclusive ao Poder Público responsável pela área, da Saúde, referido atendimento. Assim, sugere-se instituir tal determinação diretamente por lei, conforme emenda modificativa proposta em anexo, em consonância com o artigo 65 da Constituição Estadual¹.

Por fim, quanto à técnica legislativa, não constam quaisquer contrariedades ao estabelecido pela Lei Complementar nº 095/98.

Conclusão

Em virtude da constitucionalidade deste projeto, opinamos por sua aprovação.

Sala das Comissões, em 18/11/08.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

DOUGLAS FABRÍCIO - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL AO PROJETO DE LEI Nº 417/08

Com fulcro no que autoriza o artigo 137, parágrafo 2º do Regimento Interno, fica modificada a redação dos artigos 1º e 2º, do Projeto de Lei nº 417/08, que passa a contar com as seguintes redações:

Art. 1º Em complemento à Lei Federal nº 10741/03 (Estatuto do Idoso), em seu artigo 3º parágrafo único, I; aos pacientes com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos, fica assegurado, além do atendimento emergencial prioritário, a realização de consultas e exames médicos dentro do prazo máximo de até 07 (sete) dias contados do agendamento.

Art. 2º Os entes envolvidos darão a máxima publicidade, na medida de suas possibilidades, ao conteúdo desta lei.

Sala das Comissões, em 18/11/08.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

DOUGLAS FABRÍCIO - Relator

COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA PROJETO DE LEI Nº 417/08

P A R E C E R :

O presente projeto de lei de autoria do Deputado Luiz Fernandes Litro, que autoriza o Poder Executivo a assegurar atendimento prioritário na rede pública de saúde aos pacientes com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos.

1. Constituição do Estado do Paraná:

Art. 65. *A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.*

A matéria já recebeu análise, da constitucionalidade e legalidade da douda Comissão de Constituição e Justiça, que apresentou parecer favorável.

Chamada a opinar, a Comissão de Saúde Pública encontra méritos indiscutíveis no projeto de lei em tela, pois a proposta tem por objetivo de assegurar aos nossos idosos os benefícios já previstos no Estatuto do Idoso.

Isto posto, opinamos pela aprovação do projeto.

Sala das Comissões, em 09/12/08.

(aa) NEY LEPREVOST - Presidente

DR. BATISTA - Relator

ITEM 04

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 519/08, de autoria do Deputado Cleiton Kielse, que declara de utilidade pública estadual o Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Automobilístico IBDA, com sede e foro no Município de Curitiba. **COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. Aprovado. (Publ. no DA nº 141/08, de 25/11/08, em Projetos de Lei).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 519/08

P A R E C E R :

Preâmbulo

O presente projeto de lei de autoria do Deputado Cleiton Kielse, declara de utilidade pública o Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Automobilístico-IBDA, com sede e foro no Município de Curitiba, Paraná.

Fundamentação

Chamada esta comissão a se manifestar quanto à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 6994/78, alterada pela Lei nº 8589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Conclusão

Assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 08/12/08.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

ITEM 05

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 524/08, de autoria do Deputado Teruo Kato, que declara de utilidade o ORIGEM - Instituto Internacional de Comunicação e Cultura, com sede e foro no Município de Londrina. **COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. Aprovado. (Publ. no DA nº 141/08, de 25/11/08, em Projetos de Lei).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 524/08

P A R E C E R :

Preâmbulo

O presente projeto de lei de autoria do Deputado Teruo Kato, declara de utilidade pública o ORIGEM - Instituto Internacional de Comunicação e Cultura, com sede e foro no Município de Londrina.

Fundamentação

Chamada esta comissão a se manifestar quanto à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 6994/78, alterada pela Lei nº 8589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Conclusão

Assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 08/12/08.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

Requerimentos**O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)**

Sobre a mesa, Requerimentos nºs 016 e 019, de autoria do Deputado Edson Strapasson, constantes do expediente. Em discussão.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) (Pela Ordem)

Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Adia-se a discussão para a próxima Sessão, na forma do artigo 155, do Regimento Interno.

Requerimento nº 020, de autoria dos Deputados Élio Rusch e Plauto Miró, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 023, de autoria do Deputado Dr. Batista, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 007, de autoria da Deputada Cida Borghetti, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 010, de autoria dos Deputados Elio Rusch e Stephanes Júnior, constante do expediente. **À Comissão Executiva.**

Requerimento nº 022, de autoria do Deputado Luiz Eduardo Cheida, constante do expediente. **À Comissão Executiva.**

Encerramento da Sessão:

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para quarta-feira, dia 04, à hora regimental com a seguinte

ORDEM DO DIA:

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 206, 257, 417, 519 e 524/08.

1ª DISCUSSÃO - do Projetos de Lei nºs 847/07; 052 e 320/08.

Levanta-se a Sessão.

Publicações:**Presidência****Atas de Posse****ATA DE POSSE DE DEPUTADO ESTADUAL**

Aos dezoito dias do mês de dezembro de dois mil e oito, na sala da Presidência da Assembleia Legislativa do Estado, o Sr. Deputado Nelson Justus, Presidente da Assembleia Legislativa do Estado, convidou o Sr. Fernando Scanavacca, para assumir a cadeira de Deputado Estadual, em virtude da renúncia do Deputado Edgar Bueno, que irá assumir a Prefeitura Municipal de Cascavel. Em seguida o Sr. Presidente convidou o Sr. Fernando Scanavacca para prestar compromisso previsto nos parágrafos 3º e 5º do artigo 4º do Regimento Interno desta Assembleia Legislativa do Estado. O compromisso prestado foi o seguinte: “Prometo guardar a Constituição Federal e a Estadual, desempenhar lealmente o mandato que me foi confiado pelo povo paranaense e promover o bem-estar do nosso Estado. Encerrando o ato, o Sr. Presidente declarou empossado no cargo de Deputado Estadual o Sr. Fernando Scanavacca e determinou a lavratura da presente ata de posse e sua publicação no Diário da Assembleia para que produza os efeitos legais e regimentais. A presente ata vai assinada pelo Exmo. Sr. Deputado Nelson Justus, Presidente do Poder Legislativo e por mim, Abib Miguel, Diretor Geral da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente

ABIB MIGUEL - Diretor Geral

FERNANDO SCANAVACCA - Deputado Estadual

ATA DE POSSE DE DEPUTADO ESTADUAL

Aos dois dias do mês de janeiro de dois mil e nove, na sala da Presidência da Assembleia Legislativa do Estado, o Sr. Deputado Nelson Justus, Presidente da Assembleia Legislativa do Estado, convidou o Sr. Professor José Rodrigues Lemos, para assumir a cadeira de Deputado Estadual, em virtude da renúncia do Deputado Professor Luizão, que irá assumir a Prefeitura Municipal de Pinhais. Em seguida o Sr. Presidente convidou o Sr. Professor José Rodrigues Lemos para prestar compromisso previsto nos parágrafos 3º e 5º do artigo 4º do Regimento Interno desta Assembleia Legislativa do Estado. O compromisso prestado foi o seguinte: “Prometo guardar a Constituição Federal e a Estadual, desempenhar lealmente o mandato que me foi confiado pelo povo paranaense e promover o bem-estar do nosso Estado. Encerrando o ato, o Sr. Presidente declarou empossado no cargo de Deputado Estadual o Sr. Professor Lemos e determinou a lavratura da presente ata de posse e sua publicação no Diário da Assembleia para que produza os efeitos legais e regimentais. A presente ata vai assinada pelo Exmo. Sr. Deputado Nelson Justus,

Presidente do Poder Legislativo e por mim, Abib Miguel, Diretor Geral da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ABIB MIGUEL - Diretor Geral
PROFESSOR LEMOS - Deputado Estadual

**TERMO DE POSSE DO CARGO DE PRESIDENTE
DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANÁ, PELO
EXMO. SR. DEPUTADO NELSON JUSTUS**

Aos dois dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e nove, no Plenário do Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury, o Exmo. Sr. Deputado Nelson Justus, assume, na forma regimental o cargo de Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, para as 3ª e 4ª Sessões Legislativas da 16ª Legislatura.

Eu, Abib Miguel, Diretor Geral da Assembleia Legislativa do Estado, mandei lavrar o presente termo, que após lido, vai devidamente assinado pelos Exmos. Srs. Deputados Nelson Justus e Duílio Genari.

Curitiba, em 02/02/09.
(aa) NELSON JUSTUS
DUÍLIO GENARI

Comissão Executiva

Atos

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 0005/09

A Comissão Executiva da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 9080/05, datado de 17/11/05, deste Poder,

R E S O L V E :

1 - revogar o Ato da Comissão Executiva nº 1220/08; e
2 - conceder aposentadoria compulsória a ANTONIO BERALDO MARIANO, matrícula nº 40038, funcionária do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembleia Legislativa, ocupante do cargo de Agente Administrativo N-061, nos termos do artigo 40, inciso II, da Carta Magna Federal, bem como do artigo 35, inciso II, da Constituição Estadual, ambas em sua redação original, com proventos mensais e proporcionais correspondentes a seu cargo efetivo, mais quinze por cento (15%) de adicionais, referentes a três (03) quinquênios, à razão de cinco por cento (5%) a cada cinco (05) anos, de acordo com o artigo 170 e parágrafo único da Lei de nº 6174/70, resultando em proventos de inatividade conforme cálculos de fls. 52, da Coordenadoria de Relações Trabalhistas, desta Casa. Os proventos serão revistos na mesma proporção e na mesma data em que se modifica a remunerações dos servidores em atividade, como serão alcançados por quaisquer benefícios ou vantagens concedidas aos servidores da ativa, inclusive decorrentes da

transformação ou reclassificação do cargo ou função em que se deu a aposentadoria, conforme parágrafo 4º, do citado artigo 40, da redação original da Constituição Federal.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 19/01/09.
(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 0006/09

A Comissão Executiva da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 10190, datado de 12/11/08, deste Poder,

R E S O L V E :

conceder, a partir de 09/10/05, data em que completou setenta (70) anos de idade, aposentadoria a ODILON SANTOS, matrícula nº 40150, funcionário do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembleia Legislativa, ocupante do cargo de Barbeiro, nível NBB-06, lotado na Diretoria Geral, conforme sua opção, nos termos do artigo 3º, da Emenda Constitucional nº 020/98, combinado com os artigos 3º e 7º, da Emenda Constitucional nº 042/03, com proventos mensais e integrais correspondentes a seu cargo, calculados conforme a resolução nº 007/04, autorizada pela Lei nº 13950/02, acrescidos de vinte por cento (20%), relativos a quatro (04) adicionais por tempo de serviço, à razão de cinco por cento (5%) a cada cinco (05) anos, de acordo com o artigo 170 e parágrafo único da Lei de nº 6174/70, resultando em proventos de inatividade conforme cálculos de fls. 15, da Coordenadoria de Relações Trabalhistas, desta Casa. Os proventos serão reajustados nos mesmos percentuais e nas mesmas oportunidades em que forem reajustadas as remunerações dos servidores ativos, com a inclusão de novas vantagens concedidas, mesmo em face de modificação ou transformação de cargo.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 19/01/09.
(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

Diretoria Geral

Portarias

PORTARIA Nº 003/09

O Diretor Geral da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta no processo protocolado sob o nº 6788, datado de 29/07/08, deste Poder,

R E S O L V E :

designar os servidores GABRIEL LUIZ FRANCESCHI, MARCELO G. CORDEIRO, LUCI MARTINS AZEVEDO e ERON ABOUD, sob a Presidência do

primeiro, constituir a Comissão de Licitação, de acordo com o artigo nº 38, item III, da Lei nº 8666/93. para atender ao contido no Protocolo nº 6788/08, da Diretoria de Apoio Técnico deste Poder.

Gabinete da Diretoria Geral, em 21/01/09.

(a) ABIB MIGUEL - Diretor Geral

PORTARIA Nº 004/09

O Diretor Geral da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta no processo protocolado sob o nº 363, datado de 14/01/09, deste Poder,

R E S O L V E :

prorrogar, à disposição funcional do servidor deste Poder Legislativo, GUILHERME DE CAMARGO

VASCONCELLOS, matrícula nº 4686, para permanecer prestando serviços junto ao Instituto Ambiental do Paraná - IAP, órgão vinculado à Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos, até 31/12/09, com ônus para o órgão de origem.

Gabinete da Diretoria Geral, 27/01/09.

(a) ABIB MIGUEL - Diretor Geral

PORTARIA Nº 005/09

O Diretor Geral da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

R E S O L V E :

conceder, as férias relativas ao exercício de 2009, aos funcionários estatutários do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, conforme especifica:

| JANEIRO/2009 | |
|--|--|
| 44 Hilton Ronald Alice | 366 Valter Antonio Marchiorato |
| 58 Sonia Goretti Oliveira Carvalho | 373 Eleovan Cezar Ribeiro |
| 83 Maria Celuta Tavares | 574 Jose Carlos Pereira Portela |
| 102 Julcimara Ribeiro da Costa | 592 Luiz Carlos Gonçalves de Castro |
| 104 Jorge Narozniak | 609 Juarez Tibiletti |
| 119 Rosemery Vieira de Almeida | 611 Izabel Conceição S. de Oliveira Cristo |
| 146 Marco Antonio Marconcin | 612 Patricia Dorneles Dantas |
| 172 Sebastiao de Lima Cardoso | 613 Raquel Tournier Tassi |
| 182 Airton Cesar Santin | 614 Stela Maris Aguiar Machado |
| 195 Maria Liliam D'Amaral Borchardt | 617 Andrea Urban Ricci |
| 222 Marlene de Brito Perrone | 620 Fabio Jose Brante |
| 317 Nilton Busatto | |
| Gabinete da Diretoria Geral, em 01/01/09. (a) ABIB MIGUEL - Diretor Geral | |

PORTARIA Nº 006/09

O Diretor Geral da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

R E S O L V E :

conceder, as férias relativas ao exercício de 2009, aos funcionários estáveis do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, conforme especifica:

| JANEIRO/2009 | |
|---------------------------------------|--------------------------------------|
| 40008 Ezilda Terezinha Joly | 40528 Maria da Conceição Marchiorato |
| 40010 Muna Bittar | 40531 Carlos Humberto Yongblod |
| 40011 Ademir Borck | 40533 Suzana Ozores |
| 40023 Marco Aurelio Correia Fernandes | 40540 Cleia Lucia Pereira Carazzai |

| | |
|---|---|
| 40027 Maria Tereza Meurer | 40541 Neuci Palota |
| 40028 Mirian Dolores Studzinski | 40554 Marisa Couto de Cristo |
| 40031 Wilson Penka | 40555 Lucia Jovita Inacio |
| 40037 Claudia Maria Gregorio | 40560 Luiz Ernesto Lessi Juvenal |
| 40055 Jeronimo Romero Gomes de Souza | 40564 Solange Denck |
| 40059 Hestevard Martin | 40570 Antonio Batista Soares |
| 40067 Jose Natalio de Castro e Silva | 40572 Eder Walter Niedzwiedz |
| 40081 Augusto Xavier Cotrim | 40575 Nelson de Lima Charim |
| 40085 Sergio Gritten Ferreira | 40576 Maria Cristina Mendes |
| 40088 Luiz de Lima | 40580 Eugenia Caetano Fontana |
| 40090 Isamar Villa de Carvalho | 40581 Eloina da Aparecida Teixeira Sudut |
| 40096 Vera da Silva | 40587 Maria Lucia Fernandes Santos |
| 40097 Paulo Fernando Neiva de Lima | 40590 Jose Luiz Valerio |
| 40110 Taylor Ednir Niedzwiedz | 40596 Anderson Vilares Agibert Maia |
| 40111 Alan Marcos Andrade | 40600 Cirlete Carvalho Ribeiro Cortellete |
| 40118 Raquel Terezinha Ribaski Policeno | 40601 Celia Maria Ieski Passos |
| 40120 Eliane Jaensch Zwetsch | 40602 Carmen Celia Fregoneze |
| 40124 Valdecir Antonio Fae | 40606 Maria Joaquina Faria de Paula |
| 40126 Wilmar Jose Gouveia | 40615 Josemeri Demeterco Pereira |
| 40127 Nivaldo Vandir Cordeiro | 40617 Jose Roberto Salata |
| 40139 Jose Carlos Carvalho | 40621 Marisa Camargo dos Santos |
| 40141 Ademir Alves Duarte | 40624 Lorene Maria Ritter |
| 40142 Jose Almir da Luz | 40628 Marcia do Rocio Remins |
| 40143 Maria Helena Carvalho Sapala | 40630 Herculano Jose Teixeira |
| 40144 Paulo Sergio Muller Faria | 40635 Nelson Luiz de Lacerda Cruz |
| 40150 Odilon Santos | 40636 Nilza Maria Cordeiro Cezarino |
| 40151 Annibal Dumont | 40639 Nair Isabel Rosa |
| 40154 Fatima Regina Vicente | 40642 Rui Carneiro Teixeira Filho |
| 40160 Sonia Mary Yoshitani Longo | 40644 Sandro do Nascimento |
| 40163 Sonia Mara Gonçalves de Freitas | 40645 Sebastião Gonçalves de Deus |
| 40174 Silsso Antonio Corso | 40646 Sandra de Souza Almeida |
| 40176 Elmir Schiminski | 40647 Sandra Mara Prestes Scheffer |
| 40180 Antonio Lopes | 40663 Zaumir Neves Teixeira |

| | |
|---|---------------------------------------|
| 40182 Marco Aurelio Bartolino Arpino | 40665 Vera Lucia Silvino da Silva |
| 40185 Sebastião Taciano Soares | 40676 Vanessa Elling Schuster |
| 40194 Iraci Torelli Pires | 40687 Sylvana Zeballos |
| 40195 Mirlon Jose Cavallari | 40701 Luciano Pereira Coelho |
| 40197 Maria de Fatima Vital | 40702 Mario Adir Jobbins |
| 40200 Antonio Marcos Pizzano | 40715 Adalberto Francisco |
| 40204 Vilmar Francisco Bubniak | 40716 Ivete Veronica Scariot |
| 40205 Marineide Luzia Golos | 40717 Gracieli Meger Rondeau Araujo |
| 40206 Ana Beatriz Silva do Prado | 40722 Lucia Clebis da Cruz |
| 40217 Jussara Regina de Castro | 40726 Dulcinea Angela Cecatto |
| 40226 Maria Jose Santos da Cruz | 40728 Ruth Maria Zanona |
| 40228 Raul de Arrazao | 40729 Sandra Zampier |
| 40232 Pedro Martins | 40737 Gil Ellians Xavier de Araujo |
| 40235 Adenir Neves Rocha | 40739 Maria de Fatima Pereira |
| 40236 Marcia Arlete Santos | 40740 Maria Franco da Luz |
| 40237 Ney Frederico Bilik Filho | 40741 Livete de Andrade |
| 40242 Eroni Aparecida Custodio | 40742 Gisele Campos Kfourri |
| 40254 Hedi Ahrenfeld | 40748 Maria Angelica B. do Nascimento |
| 40257 Gabriel Luiz Franceschi Junior | 40762 Antonio Leal de Oliveira |
| 40258 Marcelo E. Pienaro Chrisostomo | 40767 Clair Luciene Tavares |
| 40260 Sergio Roberto de Oliveira | 40769 Regina Maria Levandoski |
| 40272 Rosangela de Fatima H. dos Santos | 40780 Janete Aparecida Munhoz |
| 40275 Silvia Bittar | 40783 Nilza Santos de Azevedo |
| 40277 Miguel Carvalho de Mello | 40784 Joao Batista Lopes dos Santos |
| 40284 Alexandre Caron Neto | 40787 Regina da Silva Souza Tokawa |
| 40285 Valdir Camargo Ismael | 40790 Ulisses Orlando Ogibowski |
| 40286 Paulo Sergio Buffara Farah | 40799 Henrique Antonio Credidio |
| 40288 Roberto Adam Gonçalves Dias | 40800 Antonio Carlos Barreto de Souza |
| 40296 Luiz Carlos Stival Junior | 40810 Claudio Grisalt |
| 40302 Iara de Oliveira | 40815 Odete Sosnitzki |
| 40306 Carlos Arthur Bonato | 40816 Lilian Neiva Monteiro Maier |
| 40307 Mauro Bahr | 40817 Carlos Henrique de Oliveira |
| 40309 Carlos Alberto Martins da Silva | 40825 Rogerio Helias Carboni |

| | |
|--|--|
| 40313 Elaine Schreiner de Oliveira | 40828 Maria Jose Pereira da Silva |
| 40325 Roseli da Cruz Pereira | 40829 Alcides Machado |
| 40327 Regina da Silva Palota | 40840 Gerson Antonio Martins Giliczynski |
| 40330 Marta Alves de Freitas | 40843 Murilo Cleve Machado |
| 40333 Maria Sebastiana de Freitas | 40844 Rosemari da Conceição Tulio |
| 40334 Sandra Maria Bobko | 40853 Camila Lobo Minghini |
| 40345 Celia Regina Pereira de Oliveira | 40854 Ana Paula Moreira da Cruz |
| 40346 Gilda Fernandes Nunes Lazarotty | 40855 Simone Karnopp Nabosne |
| 40348 Roseli da Silva | 40858 Giselle Guerios |
| 40357 Antonio Carlos Gulbino | 40862 Osni Custin dos Santos |
| 40363 Regina Celia Klinguelfus Mendes | 40864 Tadeu Luka |
| 40368 Sandra Maria Rudnik | 40872 Lucimar Ferreira das Neves |
| 40372 Maria Siqueira de Oliveira | 40873 Paulo Cesar Abdalla Festa |
| 40375 Sergio Ostroski | 40874 Neifi Fayak Abdallah |
| 40377 Lucimara Bittencourt Tortato | 40886 Luci Martins Azevedo |
| 40378 Elcio Carlos Fancher | 40887 Roseli Terezinha Talaz Aiolfi |
| 40381 Wanderley Bellinati | 40890 Catarina Alves dos Santos |
| 40382 Jose Antonio de Castro Cabral | 40899 Regina Celia Sperandio de Oliveira |
| 40384 Dione Pereira Fonseca | 40905 Marcos Renato Sudul |
| 40395 Terezinha Regina Vicente | 40906 Nilsa Pereira da Silva |
| 40396 Suely Fazzini da Silva Reimann | 40908 Maria Cristina Carraro Santos |
| 40405 Marco Antonio Vieira de Sa | 40913 Carlos Eduardo Pacca Carazzai |
| 40406 Josiel Antonio Sperancete | 40916 Olices Silvestre Bueno Junior |
| 40412 Osmar Prestes | 40921 Mauro Soares dos Santos |
| 40413 Marcelo Montanha Moletta | 40922 Luiz Francisco de Freitas |
| 40422 Jose Carlos Felinto | 40938 Dante Alberto Annibelli Junior |
| 40425 Ademir Antonio dos Santos | 40941 Jorandi Lopes Cordeiro |
| 40427 Luiz Eduardo Machado | 40942 Celia Regina Ferreira dos Santos |
| 40432 Cesar Reinert Tizzot | 40943 Ana Cristina Canoro |
| 40433 Irene Martins de Oliveira | 40949 Joao Alberto Espinola Ferreira |
| 40439 Solange Mann | 40952 Ronaldo Moselli |
| 40450 Alvanyr Mara Jareski Grahl | 40953 Albertina Santana Villar Schubert |
| 40451 Mauro Pedro de Chaves Cavalheiro | 40959 Edson Baron |

| | |
|--|---|
| 40453 Mirian Ribeiro Percinoto | 40973 Ana Cristina Cesario Pereira |
| 40456 Nargel dos Santos Mann | 40981 Lucia Levandoski |
| 40457 Dirce Carvalho Silva | 40983 Augusto Carlos Kirchner |
| 40458 Adilson Jorge Britta | 40984 Lindamir Colontonio |
| 40459 Jose Augusto Santos da Cruz | 40992 Dolores Teodoro Fernandes |
| 40460 Mara Luiza Zech | 41005 Eliza Sotomaior M. Sotto Maior |
| 40462 Jane Cardoso de Lima | 41012 Tereza Cristina A. C. A. Maranhão |
| 40466 Cassia Mara Baron | 41019 Izabel Cristina Parchen Zanini |
| 40 470 Maryane Barros de Oliveira | 41020 Gisele Pacheco Batista |
| 40472 Luci de Fatima Silva | 41024 Vera Cleve de Oliveira |
| 40473 Gilcelene Smokowicz | 41026 Ilse Longo |
| 40479 Silvia Maria Khouri Hilgenberg | 41029 Ana Lucia da Silveira Andretta |
| 40495 Fatima Piazzentini Rolim Roos | 41055 Nilton Roberto Barbosa |
| 40502 Nery Umberto Sguarezi | 41059 Dirlei Terezinha Spagnol de Moura |
| 40509 Terezinha Becker Lopes | 41140 Luciane Conceição e Silva |
| 40514 Leslie Belquis Lasperg de Paula | 41167 Alice Terezinha Friedrich Secchi |
| 40517 Jose Eduardo Piazzetti | 41173 Elaine Maria de Oliveira Vargas |
| 40527 Rita de Cassia Zornig | 41257 Jose Edaurdo Muller Faria |
| Gabinete da Diretoria Geral, em 01/01/09. (a) ABIB MIGUEL - Diretor Geral | |

Portarias DAT**PORTARIA Nº 310/08 - DAT**

O Diretor Geral da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 246 do Regimento Interno, tendo em vista o estabelecido no artigo 17 da Lei nº 15750 de 27/12/07, Decreto nº 3922 de 01/12/08, e Decreto nº 4006 de 18/12/08.

R E S O L V E :

ajustar o Orçamento da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, aprovado pela Lei nº 15750 de 27/12/07 nas rubricas abaixo:

REDUÇÃO DA DESPESA:

| Código | P/A | Fonte | Valor |
|----------|------|-------|------------|
| 31900300 | 9000 | 100 | 194.500,00 |
| 31901100 | 2000 | 100 | 800.000,00 |

| | | | |
|----------|------|-----|--------------|
| 31909600 | 2000 | 100 | 4.140,00 |
| 33903909 | 2000 | 100 | 9.900,00 |
| 33903912 | 2000 | 100 | 4.770,00 |
| 33903925 | 2000 | 100 | 17.885,00 |
| 33903997 | 2000 | 100 | 10.000,00 |
| | | | 1.041.195,00 |

ACRÉSCIMO DE DESPESA:

| Código | P/A | Fonte | Valor |
|----------|------|-------|--------------|
| 31900100 | 9000 | 100 | 998.640,00 |
| 33903911 | 2000 | 100 | 42.555,00 |
| | | | 1.041.195,00 |

Gabinete da Diretoria Geral, 18/12/08.

(a) ABIB MIGUEL - Diretor Geral

Visto: Alexandre Curi - 1º Secretário

Publicações Administrativas:***Minutas de Contrato***

MINUTA DE CONTRATO

Protocolo: 1807/07.**Modalidade:** Convite nº 031/07.**Objeto:** Prestação de serviços de jardinagem em geral.**Contratante:** Assembleia Legislativa do Estado do Paraná.**Contratada:** Yax Jardim & Floresta Ltda.**Valor:** R\$ 5.952,43 mensal.**Vigência:** 01/01/09 à 31/12/09.**Dotação:** 3390.3912

(a) DIRETORIA DE APOIO TÉCNICO

MINUTA DE CONTRATO DE CONCESSÃO

Protocolo: 5738/08.**Modalidade:** Convite nº 056/08.**Objeto:** Contratação de empresa para explorar restaurante.**Contratante:** Assembleia Legislativa do Estado do Paraná.**Contratada:** Leda Comércio de Alimentos Ltda.**Valor:** R\$ 17,50 por quilo para visitantes.

R\$ 15,50 por quilo para funcionários.

(a) DIRETORIA DE APOIO TÉCNICO

MINUTA DE CONTRATO

Protocolo: 9016/08.**Modalidade:** Pregão Eletrônico nº 015/08.**Objeto:** Fornecimento de açúcar para esta Assembleia Legislativa.**Contratante:** Assembleia Legislativa do Estado do Paraná.**Contratada:** Odebrecht Comércio e Indústria de Café Ltda.**Valor:** R\$ 1,00 quilo.**Vigência:** 01/01/09 à 31/12/09.**Dotação:** 3390.3007.

(a) DIRETORIA DE APOIO TÉCNICO

MINUTA DE CONTRATO

Protocolo: 9017/08.**Modalidade:** Pregão Eletrônico nº 016/08.**Objeto:** Fornecimento de café para esta Assembleia Legislativa.**Contratante:** Assembleia Legislativa do Estado do Paraná.**Contratada:** Odebrecht Comércio e Indústria de Café Ltda.**Valor:** R\$ 7,70 quilo.**Vigência:** 01/01/09 à 31/12/09.**Dotação:** 3390.3007.

(a) DIRETORIA DE APOIO TÉCNICO

MINUTA DE CONTRATO

Protocolo: 9021/08.**Modalidade:** Convite nº 043/08.**Objeto:** Fornecimento de material fotográfico para esta Assembleia.**Contratante:** Assembleia Legislativa do Estado do Paraná.**Contratada:** Ticcior Vídeo Foto Som Ltda.**Valores:**

| | |
|---|----------------|
| Pilha alcalina AA, cartela com 02 unidades; | 4,90 Duracell |
| CD-R 74 min. - 700 MB; | 0,85 Maxell |
| Cartão Memória de 1 GB; | 73,00 Daneelec |
| Cartão Memória de 2 GB; | 89,00 Daneelec |
| Filme de 36 poses/400 | 10,90 Fuji |
| Cabo USB para transferência das fotos; | 135,00 Nikon |

Vigência: 01/01/09 à 31/12/09.**Dotação:** 3390.3019.

(a) DIRETORIA DE APOIO TÉCNICO

MINUTA DE CONTRATO

Protocolo: 9151/08.**Modalidade:** Convite nº 050/08.**Objeto:** Manutenção e reparos nos equipamentos de sonorização.**Contratante:** Assembleia Legislativa do Estado do Paraná.**Contratada:** Phidellis Ind. e Com. de Produtos Eletrônicos Ltda.**Valor:** R\$ 2.100,00 mensal.**Vigência:** 01/01/09 à 31/12/09.**Dotação:** 3390.3913.

(a) DIRETORIA DE APOIO TÉCNICO

MINUTA DE CONTRATO

Protocolo: 9154/08.**Modalidade:** Convite nº 049/08.**Objeto:** Remoção de detritos inertes.**Contratante:** Assembleia Legislativa do Estado do Paraná.**Contratada:** Taques Martins e Cia Ltda.**Valor:** R\$ 900,00 mensal.**Vigência:** 01/01/09 à 31/12/09.**Dotação:** 3390.3928.

(a) DIRETORIA DE APOIO TÉCNICO

MINUTA DE CONTRATO

Protocolo: 10604/08.**Objeto:** Locação de serviços reprográficos.**Contratante:** Assembleia Legislativa do Estado do Paraná.

Contratada: Copy-Fax Suprimentos e Copiadoras e Escritório Ltda.

Valor: R\$ 0,057 por cópia.

Vigência: 01/12/08 à 01/06/09.

Dotação: 3390.3947.

(a) DIRETORIA DE APOIO TÉCNICO

Aditivos de Contrato

ADITIVO CONTRATUAL

Protocolo: 5182/08.

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado do Paraná.

Contratada: Rádio e Televisão Rotioner Ltda.

Objeto: Reajuste de 20% no valor dos serviços de transmissão e recepção de sinal digital.

Dotação: 3390.3909.

Valor: R\$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais).

(a) DIRETORIA DE APOIO TÉCNICO

1º ADITIVO CONTRATUAL

Protocolo: 10084/07.

Modalidade: Convite nº 097/07.

Objeto: Prestação de serviços de manutenção de ar condicionado.

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado do Paraná.

Contratada: Instaladora Comercial Padrão Com. Ind. de Mat. Elétricos Ltda.

Valor: R\$ 6.660,00 mensal.

Vigência: 01/01/09 à 31/12/09.

Dotação: 3390.3913.

(a) DIRETORIA DE APOIO TÉCNICO

